



ISBN-10: 84-690-1555-9
Nº Registro: 06/78397

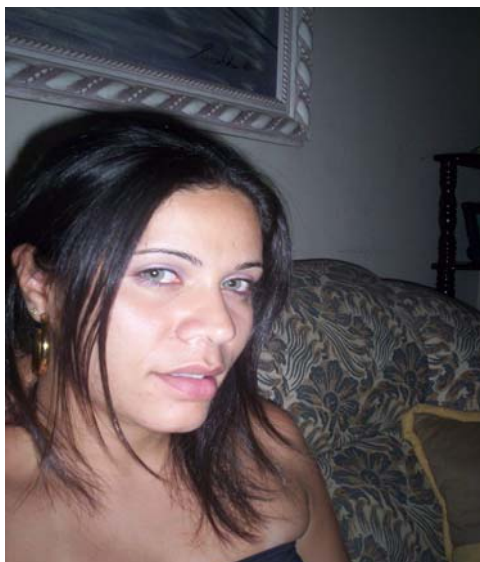
editado por
eumed.net

LUZIANA SILVA SOUZA

Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba

CAMPINA GRANDE, PARAÍBA.

JULHO DE 2006



Luziana da Silva Sousa nasceu em Campina Grande, em 05 de abril, bacharelou-se em Economia na Universidade Federal de Campina Grande e fez especialização em Desenvolvimento Econômico na mesma Instituição.

Para citar este libro puede utilizar el siguiente formato:

Silva Sousa, L. (2006) *Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba*
Edición electrónica. Texto completo en
www.eumed.net/libros/2006b/lss/

Turismo e desenvolvimento local sustentável na Paraíba

RESUMO

O Turismo em áreas rurais é uma forma de lazer fundamentada na paisagem natural, no patrimônio cultural e no desenvolvimento social das regiões interioranas do Brasil. Tem como principal objetivo promover a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo os aspectos naturais, socioeconômicos, culturais e éticos. De maneira bastante sintética, pode-se dizer que o Turismo Rural insere-se na categoria de turismo exótico, um misto de agroecoturismo, com ênfase na valorização da identidade cultural regional e na melhoria das condições de vida da comunidade local. O objetivo deste trabalho é discutir o esse setor como alternativa de desenvolvimento local sustentável, principalmente por ser uma atividade relativamente nova e que proporciona o bem-estar da sociedade em geral. Esta monografia visa relatar como esse processo de reflexão e pesquisa ocasionou em uma perspectiva importante de desenvolvimento sustentável para o Estado da Paraíba, especialmente para os trabalhadores rurais.

Palavras-chave: turismo rural, desenvolvimento local sustentável, áreas rurais.

ABSTRACT

The Tourism in agricultural areas is a form of leisure based on the natural landscape, the cultural patrimony and the social development of the provincial regions of Brazil. It has as main objective to promote the integrated understanding of the environment in its multiple and complex relations, involving natural, social and economics, cultural and ethical the aspects. In sufficiently synthetic way, it can be said that the Agricultural Tourism is inserted in the category of exotic tourism, a agro-tourism compound, with emphasis in the valuation of the regional cultural identity and in the improvement of the conditions of life of the local community. The objective of this work is to argue this sector as alternative of sustainable local development, mainly for being a relatively new activity and that it provides well-being of the society in general. This monograph aims at to tell as this process of reflection and research caused in an important perspective of sustainable development for the State of the Paraíba, especially for the agricultural workers.

Key-words: agricultural tourism, sustainable local development, agricultural areas.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	9

CAPÍTULO I

1. Turismo rural, desenvolvimento local e sustentabilidade	13
1.1. Considerações preliminares acerca do turismo	13
1.2. Turismo e desenvolvimento local	15
1.3. Turismo, meio rural e sustentabilidade	21
1.4. turismo rural	26
1.4.1. As oportunidades oriundas do turismo para o pequeno produtor rural	29
1.4.2. Possíveis contribuições do turismo rural no combate ao êxodo rural	32
1.4.3. O aproveitamento dos recursos naturais para o turismo rural	35

CAPÍTULO II

2. Potencialidades turísticas da Paraíba	39
--	----

CAPÍTULO III

3. Programas e políticas de turismo rural visando o desenvolvimento local – o caso da Paraíba	51
3.1. Programa SEBRAE de turismo	52
3.2. Pronaf Turismo rural	54
3.3. REDE TRAF – Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar	55
3.4. PAB/PB – Programa de Apoio ao Artesanato da Paraíba	57
3.5. APETUR - Associação Paraibana de Turismo Rural	58
3.6. ATRACAR - Associação de Turismo Rural e Cultural do Cariri Paraibano	59
3.7. PNDPA – Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora	60

CAPÍTULO IV

4. Turismo rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável na Paraíba	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
ANEXOS	83

INTRODUÇÃO

A preocupação primeira deste trabalho foi mostrar a contribuição do turismo nas áreas rurais para a economia de uma região, em um contexto de desenvolvimento local sustentável, mostrando sua capacidade de indução dos investimentos, de gerar emprego e aumentar a renda da população envolvida.

A virada do milênio foi marcada por grandes transformações em todos os aspectos da vida dos homens, repercutindo na definição de novos valores, no aparecimento de novas necessidades e na alteração dos hábitos de consumo.

A própria área rural não se restringe mais aquelas atividades relacionadas à agropecuária ou a agricultura familiar de subsistência. Nos últimos tempos o meio rural vem oferecendo novas oportunidades de trabalho e renda para as famílias, a fim de mantê-las num padrão de vida mais adequado e diminuindo com isso as desigualdades no que diz respeito a qualidade de vida das comunidades.

O turismo rural pode ser considerado um setor que vem crescendo demasiadamente trazendo a oportunidade de criar empregos e empreendimentos que é de suma importância para o desenvolvimento de uma região. Também pode ser vista como uma possibilidade de sustentação econômica e uma alternativa às economias das regiões onde as atividades tradicionais têm revelado seu esgotamento e mostrado-se insuficiente para a manutenção das populações delas dependentes.

Tendo em vista as possibilidades de um baixo impacto ambiental, o turismo rural passou a ser visto com solução econômica de conservação e proteção ao ambiente, ao patrimônio histórico e a valores culturais, o fomento de outras atividades econômicas potencialmente sustentáveis e à melhoria de equipamentos e de infra-estrutura.

Para tanto, este trabalho objetiva mostrar a caracterização do turismo como uma alternativa para o desenvolvimento local e sustentável, a relação de preservação versus desenvolvimento através das atividades envolvidas.

O turismo rural é algo mais que a publicidade de um cenário e a proteção de alguma espécie; pretende oferecer opção real de desenvolvimento para as populações locais e regiões localizadas em escassas alternativas para outro tipo de atividade produtiva.

A Paraíba é hoje um dos principais roteiros do Nordeste brasileiro, sendo procurado durante todo o ano por turistas do Brasil e do exterior. Ultimamente, o Estado vem se destacando também no turismo rural, apontando para o interior e gerando desenvolvimento para diversas regiões.

Para tanto, há a necessidade de se promover políticas e programas de incentivos para se desenvolver turisticamente o Estado, no aproveitamento dos potenciais locais e estímulo ao desenvolvimento econômico e social.

Em suma, é muito importante também o envolvimento de toda comunidade local para que o turismo no meio rural possa se transformar numa alternativa viável, em termos de desenvolvimento local sustentável para Paraíba.

É diante disso que pretendemos desenvolver um estudo acerca da indústria do turismo praticado no meio rural do Estado da Paraíba, tentando levantar questões sobre a valorização do meio ambiente, dos patrimônios históricos e culturais, e enfim, conscientizar a população de que o Estado possui abundantes e valiosos recursos naturais que podem ser explorados, ajudando no crescimento tanto nacional como estadual.

A metodologia utilizada para esse trabalho envolveu uma pesquisa meramente bibliográfica constituída de materiais já elaborados, sendo utilizados livros científicos, e recorrido a recursos virtuais (internet e documentários), diante da grande disponibilidade de material bibliográfico que trata desse tema hoje.

O primeiro capítulo se constitui em um estudo visando um referencial teórico sobre turismo rural, relacionado com o desenvolvimento local e sustentável. Trata também da questão das oportunidades que o pequeno produtor rural pode adquirir e as possíveis contribuições para o combate ao êxodo rural, e por fim, a utilização dos recursos naturais para fins turísticos.

Na maioria das regiões brasileiras, no meio rural, o turismo ainda constitui uma atividade nitidamente exótica. A Paraíba é um Estado rico na diversidade geográfica e possui um vasto cenário natural que propicia a prática do turismo rural em suas regiões. Neste sentido o segundo capítulo apresenta as potencialidades turísticas da Paraíba, abordando cada região e seus principais atrativos e seu desenvolvimento.

O terceiro capítulo mostra um levantamento das políticas e dos programas de incentivo à implantação do turismo no espaço rural paraibano, destacando suas características e objetivos, apresentando as perspectivas e iniciativas que visam à inovação e o ordenamento do território, enfatizando a nova dinâmica das atividades produtivas auto-sustentáveis nas comunidades.

Por fim, no capítulo final, discuti-se a relação entre essa atividade e o desenvolvimento local sustentável. Argumenta-se que as coletividades locais podem incrementar e desenvolver suportes para atividades turísticas sem suprimir a tradicional atividade agrícola, enfatizando os impactos econômicos e sócio-culturais gerados pelo turismo e sua importância para o meio rural.

Capítulo I

1. Turismo rural, desenvolvimento local e sustentabilidade.

Durante a década de oitenta, o turismo foi amplamente criticado por se tratar de um segmento que trazia consequências irreversíveis tanto para a população local quanto para os ecossistemas. Como críticas a essa situação, surgem as propostas de alternativas ecologicamente mais benéficas para satisfazer as necessidades do turismo de massa: o chamado turismo rural.

O turismo rural vem sendo considerado uma atividade de baixo impacto ambiental, uma possibilidade de sustentação econômica e social para as regiões onde atividades tradicionais (como a pequena agricultura familiar, o extrativismo, a pesca artesanal, entre outras) têm revelado seu esgotamento e demonstrado insuficiente para a manutenção das populações delas dependentes.

Os critérios para a separação dos espaços urbano e rural têm sido questionados em razão da crescente ocorrência no meio rural de atividades tipicamente urbanas, principalmente aquelas dos setores industriais e de serviços. Como resultado, esse corte perde relevância analítica e vem ganhando expressão o enfoque no território ou no local para a formulação de políticas. (SILVA E CAMPANHOLA, 2000)

O local não tem apenas uma conotação física, mas representa um conjunto de relações econômicas, sociais e culturais que lhe conferem características individuais que diferenciam um local do outro. Neste capítulo, serão abordadas as tendências que fortalecem o local, como foco das estratégias e ações de desenvolvimento.

Entre as forças estimuladoras desse processo, vamos destacar o turismo rural, que privilegia a maior integração socioeconômica entre regiões, as novas formas e mecanismos de gestão dos recursos naturais e a organização dos atores sociais, que garante a democratização das ações de desenvolvimento local. Por fim, apresenta-se a interação entre essa modalidade turística e a sustentabilidade com objetivo de fortalecer o desenvolvimento rural.

1.1. Considerações preliminares acerca do turismo

Turismo Ecológico, Turismo Cultural, Ecoturismo, Turismo Científico, Agroturismo, Turismo de Aventura, Turismo Pedagógico, Turismo Social, Turismo de Negócios, Turismo Interior, Turismo Esportivo, Turismo Nacional, Turismo Receptivo (de Oferta, Estrangeiro ou Passivo), Turismo Itinerante Intensivo (Estável ou Estacionário), Turismo Particular (Individual ou Autofinanciado), Turismo para Terceira Idade.

São diversos os tipos, as modalidades, programações e formas de deslocamentos realizados por prazer que despertam algum tipo de interesse objetivo ou subjetivo nos turistas. Assim como, também são distintas as motivações pelas quais as pessoas se deslocam: descanso, diversão, aprendizado, trabalho, aperfeiçoamento profissional entre muitos outros. Mas, de um modo geral, os turistas pretendem visitar várias atrações – tanto naturais quanto culturais – quantas lhe propiciem o tempo disponível e as facilidades (PIRES, 2001).

Essa multiplicidade de fatores envolvidos no fenômeno turístico fez surgir novas definições no campo dos estudos sobre o turismo, como o conceito de turismo rural.

O turismo no espaço rural tem como peculiaridade ser uma atividade capaz de integrar-se às atividades produtivas cotidianas da propriedade rural, como a pecuária leiteira, o plantio do milho, entre outras. Além disso, permite também a integração e o fortalecimento de novas atividades agropecuárias dentro de uma propriedade, como o cultivo de ervas medicinais e a criação de animais silvestres, podendo ser estas, atrações da atividade turística do meio e novas fontes de renda a serem consideradas. Ressalta-se, baseado em Almeida e Blos (1998), que o turismo no espaço rural pode incrementar as coletividades locais, sem suprimir a atividade agrícola tradicional.

O turismo pode e deve ser um dos elos da construção de um relacionamento respeitoso ao meio rural e, ao mesmo tempo, uma atividade que proporcione prazer ao visitante, visto que o mesmo pode retornar ao passado procurando suas raízes ou, então, buscar a experiência de vivenciar com intimidade o meio rural.

1.2. Desenvolvimento local e o Turismo

Desenvolvimento local tem sido uma temática bastante falada no Brasil nos últimos anos. É uma temática que vem ganhando relevância, suscitando discussões, reflexões e novas práticas e posturas no processo de desenvolvimento em todo o mundo. O local (re)surge impulsionado pela globalização, que se nutre das especificidades locais, apontando para um novo papel a ser desempenhado pelos territórios locais, a partir de suas potencialidades e identidades. A hegemonização das políticas neoliberais e a emergência de um novo paradigma de acumulação encontram na escala local a flexibilidade necessária para sua reprodução. (ZAPATA, 2004)

Segundo Coriolano (1998:24), o desenvolvimento local significa, acima de tudo, um desenvolvimento em escala humana, atendendo às demandas sociais. Nele, o homem passa a ser a medida de todas as coisas e não apenas os índices quantitativos e o lucro.

Paradoxalmente, o local serve de inspiração para (re)orientar a ação de um conjunto de atores sociais que encontram nele o espaço para desenvolver novos arranjos socioeconômicos, focados na busca da sustentabilidade, a partir de estratégias alternativas de desenvolvimento produtivo do território, construindo espaços de formulação e gestão públicas, desenvolvendo uma cidadania mais participativa e a reconstrução do tecido social sob novas bases.(ZAPATA, 2004)

Para Barqueiro (1999) *apud* Zapata (2004), o conceito de desenvolvimento local se apóia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riqueza e a melhoria do bem-estar da população local.

Zapata (2004) ainda explica que o desenvolvimento local é um processo em que o social se integra ao econômico. A estratégia de desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento local se propõe a, além de desenvolver os aspectos produtivos,

potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem-estar da sociedade.

Como um dos fenômenos marcantes da atualidade, o turismo é uma das mais vigorosas atividades econômicas mundiais, principalmente o setor de serviços, sendo considerado um dos três líderes mundiais em produtividade, com conseqüente ampliação da oferta de emprego e geração de renda. Entretanto, seu desenvolvimento sempre esteve pautado no mesmo molde de qualquer outra atividade humana – o enfoque econômico. Enquanto o turismo pode contribuir sensivelmente para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de amplas regiões, tem, ao mesmo tempo, o potencial para degradar o ambiente natural, as estruturas sociais e a herança cultural dos povos.

Desde uma dezena de anos, o turismo dito de massa sufoca-se e a sua crise parece irremediável. Constatase que o "fordismo turístico" não está mais variando totalmente com a evolução das necessidades do mercado. A demanda de serviços turísticos tornou-se mais exigente, variada e se foca cada vez mais sobre a qualidade e as necessidades incidindo sobre a cultura e o ambiente. Assim, no vasto mercado turístico, a qualidade global dos lugares "inscreve-se inegavelmente como uma entrada importante". (B. Zuideau, 1997 apud PAVOT E ZAOUAL, 199-).¹

A variedade do turismo (cultural, natureza, arquitetura, desporto e lazer etc.) conhece uma forte expansão. O "turismo verde", por exemplo, é objeto de um vivo sucesso, um fenômeno que não escapou aos observadores da evolução da sociedade e as novas necessidades que apresenta.

Para Xavier (1999), a economia pós-industrial vem sendo caracterizada pela predominância das atividades de serviços, além da automação nas indústrias, da informatização dos processos burocráticos e de uma busca incessante da natureza. Amplia-se o período dedicado ao tempo-livre. Surgem novos paradigmas e novos valores são incorporados à sociedade pós-moderna.

Muitas dessas transformações vêm ressaltar a importância do turismo na sociedade pós-moderna. Criam-se necessidades de fuga ao cotidiano, à procura de

¹ Tradução livre.

lugares mais saudáveis e de um contato mais estreito com a natureza. O lazer e, em especial, as viagens são incorporadas à vida dos homens, como necessidades fisiológicas para a reprodução de energia física e mental. (XAVIER, 1999)

O turismo é o setor da economia que mais cresce na atualidade, já tendo atingido o status de principal atividade econômica no mundo. Superou setores tradicionais como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera. É um setor que tende a crescer 7,5% ao ano nos próximos 10 anos. Movimenta cerca de US\$3,4 trilhões (10,9% do PIB mundial) e emprega 204 milhões de pessoas (10% da força de trabalho global), além de possuir um número incalculável de atividades correlatas, segundo dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC).²

Segundo Fullana e Ayuso *apud* Dias (2003:10), uma característica turística importante é que, diferentemente

da indústria produtiva ou outras indústrias de serviços, não administra a maioria dos produtos e experiências que vende. No lugar dela, os gestores turísticos transportam os indivíduos para que conheçam os traços naturais, as atrações culturais e os estilos de vida de um destino turístico.

Seguindo as linhas gerais do capitalismo, o turismo se expande subordinando-se aos grandes centros de decisão da economia. Modernamente, o turismo se organiza em forma de “clusters”, constituindo aglomerações geográficas de empresas com equipamentos, serviços de qualidade e excelência de gestão, competindo com os grandes mercados. (DIAS, 2003:14)

Entretanto, segundo os registros da OMT *apud* Xavier (1999), em nível global, a atividade turística ligada aos grandes centros representou cerca de 90% em 1990. Todavia, apresentou uma considerável queda, passando para apenas 60% no ano 2000. Ressalta-se que esses dados indicam a possibilidade da expansão de formas alternativas de desenvolvimento, a exemplo do desenvolvimento local que, valorizando o município, constitui uma via mais coerente para o envolvimento de uma comunidade com o turismo.

² Citado em Dias e Aguiar (2002:14) e atualizado com dados da OMT: <http://www.world-tourism.org>. Acesso em: 10 out. 2004.

A concepção de estratégias de desenvolvimento local pelo turismo encontra-se no nível de micro-regiões, de pequenos territórios, de cidades pequenas e médias ou mesmo de vilas e povoados onde são fortemente sentidas as mediocridades de condições de vida, traduzidas no êxodo e na pobreza. (RODRIGUES, 1997).

Nas regiões carentes ou estagnadas são acatadas as atividades turísticas com vistas à correção dos desníveis de desenvolvimento, na expectativa de que elas possam proporcionar um aumento na geração de renda e de empregos e, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida da população.

Benevides (1996) postula que o turismo com base no desenvolvimento local se contrapõe ao modelo dominante em vários países, como é o caso do Brasil, conectado com o processo de globalização e que acarreta tendências ambientais degradantes. Segundo esse autor, a manutenção da identidade cultural dos lugares constitui uma via mais democrática de desenvolvimento e acarreta tendências ambientais menos degradantes. Ressalte-se, ainda, que a manutenção da identidade cultural dos lugares, tendo na comunidade os atores do processo, favorece o estabelecimento de pequenas operações com baixos efeitos impactantes de investimentos.

No mesmo sentido, Portuguesez (1999), ao tratar de turismo e desenvolvimento local, comenta que os modelos tradicionais de acumulação não se incomodam com os custos sociais e ambientais. Nesse sentido, destaca que o turismo não necessariamente rompe com o ideal de acumular rendimentos, mas, considera a conservação ambiental, a salvaguarda do patrimônio e a manutenção das peculiaridades culturais de cada coletividade.

Para Cavaco (1996), o turismo ligado ao desenvolvimento local se assenta na revitalização e na diversificação da economia. Possui plena capacidade de fixar e atrair a população com êxito no sentido de assegurar melhores condições de vida. Apresenta, também, considerável êxito na valorização da produção de produtos agrícolas, além de favorecer os planos de desenvolvimento do artesanato e de outras atividades ligadas ao turismo e à cultura, a exemplo das feiras e festas tradicionais e populares.

Cavaco (1996) ainda destaca que os modelos de crescimento apresentam fundamentos essencialmente quantitativos dos fatores de produção, tais como os recursos naturais, a mão-de-obra, o capital e a tecnologia. Fundamentam-se também nos efeitos da aglomeração da produção e de sua proximidade dos mercados. Diante disso, acrescenta que ficam marginalizadas muitas questões ligadas às condições sociais, culturais e ambientais.

Além disso, tais modelos têm, por vezes, gerado efeitos negativos do próprio crescimento, a exemplo da externalização e socialização dos custos ambientais, como o uso intensivo dos recursos naturais que levam aos limites da sustentabilidade, ocasionando o desemprego, a violência e a pobreza. Portanto, é sugerido por Cavaco (1996) formas alternativas de turismo que possam estimular a implantação de pequenas e médias empresas e manutenção de unidades artesanais de produção de bens e serviços.

Ao lado de tudo isso, particularmente, são lembrados dois fatos, resultantes das grandes transformações deste final de século e que sobremaneira refletem na valorização do potencial dos lugares: o retorno à natureza e a revalorização dos aspectos culturais.

A revolução industrial estimulou o crescimento das cidades em todo o mundo. Os grandes complexos urbanos industriais significaram uma verdadeira prisão para os homens. Como conseqüências, resultaram crises que conduziram a situações de fadigas, como o estresse urbano. Como resultado, as pessoas se deslocam à procura da liberdade, de lugares onde possam usufruir um espaço natural com paisagens menos modificadas. Tal situação vem proporcionar a valorização das segundas residências e, especialmente, do turismo orientado pela natureza. A natureza oferece locais para contemplação, para aventura, para esportes ao ar livre e para as pesquisas. (RODRIGUES, 1997)

Grande parte dos municípios brasileiros possui atrativos que justificam a vocação para o turismo. O turismo, de um modo geral, é defendido pelos economistas como uma atividade rentável e ressaltado por estudiosos como benéfico – no que diz respeito à melhoria da infra-estrutura urbana e de acessos, geração de rendas, de impostos e de empregos, geração de divisas, reativação de

certas atividades econômicas e enriquecimento cultural. Por isso, a maioria dos prefeitos dos mais de 5 mil municípios existentes no Brasil o inclui em suas propostas de governo como motor de desenvolvimento socioeconômico. (DIAS, 2003:30).

Um aspecto importante que se registra, de acordo com Passos (2002), é o redespertar dos valores culturais, valorizando as manifestações antropológicas, religiosas, artísticas, folclóricas, artesanais e históricas. O significado de patrimônio cultural é muito amplo, pois inclui produtos do sentir, do pensar e do agir humanos.

A importância do turismo orientado pelos valores culturais se reflete pelo valor para o conhecimento de uma região, de uma época ou de um estilo de vida através do valor simbólico e representativo de uma coletividade, assim como das manifestações folclóricas e da arte popular. (DIAS, 2003:33)

Além dessas considerações, que se traduzem no valor do turismo local, surge outro aspecto de extrema relevância: o envolvimento da comunidade. A comunidade local tem oportunidades de envolvimento em todas as fases do processo de implementação do turismo, bem como na tomada de decisão sobre o planejamento. Portanto, considera-se de fundamental importância a participação comunitária nos processos de inventário e no planejamento, em nível municipal.

Tanto a criação de mercado para os produtos agrícolas como a valorização das características naturais e culturais e a melhoria da infra-estrutura para receber os turistas, ampliam o mercado local para absorção de mão-de-obra, que pode ocorrer tanto em atividades internas às propriedades rurais como externas. Neste sentido, Campanhola e Silva (1999) salientam que se a atividade turística não for planejada e fiscalizada pela população e pelo poder público local, ela pode acarretar impactos indesejados sobre o meio ambiente, sobre a economia e a sociedade local.

A atividade turística caracteriza-se, como forte fenômeno em expansão, capaz de provocar alterações generalizadas no modo de como as pessoas vêem o mundo e com ele se relacionam. A palavra chave para o deslanche do setor na era global é a sustentabilidade, que tem como meta a implantação de projetos estratégicos que assegurem a viabilidade em longo prazo e reconheçam a necessidade de

desenvolver políticas conducentes à conservação da natureza em geral e dos seus valores naturais e culturais, bem como o estímulo do desenvolvimento sócio-econômico das suas populações que permitam uma efetiva implantação do turismo sustentável.

Assim, podemos dizer que o turismo pode se transformar em uma significativa fonte de renda para o município, desde que se invista em recursos, partindo da divulgação e da promoção de eventos e chegando até a melhoria e a ampliação de infra-estruturas destinadas ao turismo. Também pode-se observar que deve haver maior empenho das administrações municipais no incentivo de estratégias de propaganda, juntamente com o comércio local, para promover o turismo na região.

Para tanto, a busca do equilíbrio necessário para o progresso harmônico da atividade turística contribui para a fixação do homem em sua própria comunidade, beneficia a conservação, a valorização e proteção de seu patrimônio histórico e cultural, auxiliando na divulgação de sua identidade. (CARESSATO, 2003)

1.3. Turismo, meio rural e sustentabilidade.

A atividade turística, a partir da década de 70, passou a se preocupar mais com o meio ambiente e a maneira através da qual se pode explorar o turismo, de forma sustentável, que respeitem o potencial natural da localidade a ser desenvolvida turisticamente e a sua comunidade. Foi quando o termo “turismo verde” ou “turismo sustentável” começaram a ficar em evidência.

O meio rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a ser o local de atividades que eram tipicamente urbanas. Segundo Baptista (1994) *apud* Basaldi (2001), o declínio do lugar da agricultura nas atividades e ocupações no espaço rural foi acompanhado pelo surgimento de funções não-agrícolas, tais como os aspectos ambientais e de proteção à natureza, o lazer e o turismo, a caça, a pesca e o acolhimento dos que aí pretendem viver temporária ou permanentemente. Segundo o autor, a procura por esses usos tende a aumentar e a questão que se coloca é saber quem se encarregará da oferta desses novos serviços no interior das sociedades rurais.

Cavaco (1996), com base no conceito de regeneração do rural utilizado por Leal (1995), propõe uma redefinição do papel que o meio rural deve desempenhar no conjunto da sociedade, uma vez resolvido o problema do abastecimento alimentar, função primordial que se atribuía no mundo ocidental aos espaços rurais. Estes se tornam sociais (e não privados em termos absolutos), assim reconhecidos pela sociedade, cuja preservação não é, todavia, objeto de remuneração, embora justifique empregos e melhore a qualidade de vida. Por isso, aquele autor (Leal, 1995) precisa que a definição de novas funções para o espaço rural, socialmente aceitos e criadores de oportunidades de emprego, é questão central nas novas estratégias de desenvolvimento rural.

O turismo no meio rural pode ser considerado como uma alternativa promissora para o aumento dos níveis de emprego e renda da população rural, devido não somente ao próprio setor, mas também às atividades relacionadas ao turismo, como é o caso do comércio e de outros serviços. Na realidade, toda a comunidade rural acaba se beneficiando das melhorias na infra-estrutura e nos serviços públicos que são trazidas pela implementação das atividades turísticas.

A comunidade local, em geral, também é largamente beneficiada pelas iniciativas de expansão e consolidação do turismo no meio rural através da realização de obras de melhoria da infra-estrutura e pela criação ou aperfeiçoamento dos serviços oferecidos, tais como o saneamento básico, a pavimentação de estradas, o acesso às telecomunicações, a recuperação de áreas degradadas, a conservação de parques e reservas florestais, etc. (SILVA, VILARINHO e DALE, 1998; CAMPANHOLA e SILVA, 1999).

O paradigma do desenvolvimento sustentável aplicado ao planejamento do turismo de natureza, atualmente, é considerado também, no planejamento com base no legado cultural (BARRETTO, 2000). Ciente disso, este estudo considera que a comunidade, principalmente a sua maioria marginalizada, precisa recuperar a auto-estima e dignidade para, assim, poder se engajar em propostas turísticas em torno das quais possam se mobilizar, em prol da recuperação/aquisição de renda mínima, da saúde e nutrição, da educação e capacitação técnica e dos valores culturais.

Encontra-se, na literatura especializada, diversos textos que discorrem sobre a sustentabilidade aplicada ao turismo, fomentando a discussão sobre a integração entre o uso turístico e preservação do meio ambiente e, alertando, ainda, sobre a responsabilidade social na instalação de empreendimentos, voltados não somente para o lucro, mas também para proporcionar a melhoria da qualidade de vida das populações fixas de núcleos receptores. (RUSCHMANN, 1997).

O relatório produzido pela Comissão Brundtland (Nosso Futuro Comum) apresentou pela primeira vez uma definição mais elaborada do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”.

Procura estabelecer uma relação harmônica do homem com a natureza, como centro de um processo de desenvolvimento que deve satisfazer às necessidades e às aspirações humanas. Enfatiza que a pobreza é incompatível com o desenvolvimento sustentável e indica a necessidade de que a política ambiental seja parte do processo de desenvolvimento e não mais uma responsabilidade setorial fragmentada. (DIAS, 2003:41)

Desenvolvimento sustentável não é apenas um estado de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras (ALMEIDA e BLOS, 1997). Este conceito parece dar a idéia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social. Entretanto, há ainda uma dúvida em relação a qual ator/agente caberia definir parâmetros valorativos e políticos capazes de nortear essa integração (SCHMITT, 1995 citado por ALMEIDA e BLOS, 1997)

O mundo rural tem sido sujeito a várias mudanças de índole demográfica, social e econômica nas últimas décadas. Mudanças que se relacionam principalmente com a abertura do mercado nacional ao exterior e com o inerente aumento da competitividade no mercado, com a evolução dos centros urbanos e industrialização, induzindo a migração e emigração da população rural para os pólos urbanos, onde se concentram importantes recursos econômicos. (DIAS, 2003:42)

Outro fator que, de igual forma, contribui para este fenômeno está relacionado com as pressões induzidas nas áreas agrícolas, essencialmente provocadas pela Política Agrícola Comum que tende a favorecer as grandes explorações agrícolas em detrimento dos pequenos agricultores. (CABRAL, 2003)

Entretanto, e após um período de marginalização, o mundo rural entra numa fase de redescoberta pela população urbana, que de uma forma crescente procura locais de desafogo a um cotidiano urbano cada vez mais exigente, procurando adquirir bens que só estas áreas proporcionam.

Daí, Cabral (2003) enfatiza o surgimento de uma série de estratégias, ligadas a esta nova demanda, que devem ser encaradas de forma integrada. É crucial desenvolver novas atividades de ordem econômica, social e ambiental que fortaleça o tecido produtivo das regiões mais desfavorecidas. Torna-se também fundamental que a população rural esteja envolvida neste processo e que seja beneficiária direta destas estratégias.

A tendência contemporânea da busca do novo, do diferente, do autêntico e do particular é uma realidade paradoxal ao processo de globalização em que vive a humanidade e que, por isso mesmo, representa uma vertente promissora para o desenvolvimento local sustentável, por meio do estímulo e do incentivo a atividades artesanais ligadas ao turismo, entre outras.

São assim fomentadas atividades ligadas ao recreio e lazer, bem como a conservação de tradições culturais e ambientais. É neste contexto que o turismo é encarado como base de grande potencial no desenvolvimento rural local, através da criação de novos postos de emprego, induzindo o desenvolvimento de outras atividades e valorizando recursos locais.

Silva e Grossi (1999) afirmam que o meio rural tem se valorizado a partir de atividades não-agrícolas derivadas da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e prestação de serviços) e com as atividades decorrentes da preservação do meio ambiente, além de um outro conjunto de busca de "nichos de mercado" muito específicos para sua inserção econômica.

O turismo, no entanto, deve ser fomentada como atividade complementar, de forma a se obter um desenvolvimento sustentável das áreas rurais, evitando situações de sobre exploração de recursos e de perda de originalidade e autenticidade dos locais visitados.

Para Ruchmann (2001), o conceito de turismo ligado a sustentabilidade foi desenvolvido para evitar os riscos que a condução inadequada da atividade pode provocar no meio ambiente e rural. O turismo sustentável, segundo especialistas como Krippendorf (1988) *apud* Ruchmann (2001), é vista como a perfeita triangulação entre as destinações (seus habitat e habitantes), os turistas e os prestadores de facilidades para os visitantes.

Torna-se um grande desafio, para capacidade das forças sociais envolvidas na luta por novas formas, fazer o desenvolvimento sustentável rural referente à reintegração dos múltiplos usos da terra que melhor respondam à noção de sustentabilidade e às necessidades locais, regionais e nacionais. Para Almeida e Blois (1997), estes esforços não têm sido promissores, o que se constitua em um desafio para aqueles que estão empenhados na busca do desenvolvimento sustentável.

Segundo Ruschmann (2001), a atividade turística no meio rural deve ter como objetivo a sustentabilidade que, na opinião da autora, implica em saber administrar os ambientes, os recursos e as comunidades receptoras, a fim de atender as necessidades econômicas e sociais, preservando a integridade cultural, ecológica e ambiental, para que possam ser desfrutadas pelas gerações futuras. A autora, salienta ainda que para a atividade turística ser sustentável depende da preservação do meio ambiente natural, da integração da cultura com os espaços sociais da comunidade com o turismo, sem causar transformação nos hábitos e tradições característicos da região. Deve também proporcionar a distribuição eqüitativa dos benefícios da atividade entre a comunidade e os visitantes, gerando o aumento do nível de bem-estar para ambos.

Tendo em vista o caráter sustentável, o turismo rural (organizado e qualificado), que valoriza o meio ambiente e a cultura local, torna-se uma opção para o desenvolvimento rural, contemplando os setores econômicos capazes de criar

atividades comerciais alternativas, com o objetivo de proporcionar a manutenção da população nos seus locais de origem. Assim, o turismo rural apresenta a possibilidade de gerar empregos num curto espaço de tempo e a um custo razoavelmente baixo, se comparado aos demais setores econômicos, especialmente os de extração urbana (SILVA, VILARINHO e DALE, 1998).

1.4. Turismo rural

Entender o que é turismo rural implica, antes de tudo, conhecer a diversificação geomorfológica do espaço rural da localidade e da cultura do homem do campo. Além disso, é preciso ligar a atividade ao fenômeno turismo, assim como os conceitos de ócio, lazer e viagem dispersos dentro de um cenário rural. (SILVA, 1999).

O turismo rural constitui-se em uma atividade que une a exploração econômica a outras funções como a valorização do ambiente rural e da cultura local que, não raras vezes, são alguns de seus atrativos principais. Em uma conceituação mais ampla, pode-se afirmar que o turismo rural consiste de atividades de lazer realizadas neste ambiente. Este conceito genérico pode englobar, entre outras, as modalidades do turismo ecológico, o de aventura, o cultural, o de negócios, o destinado para jovens, o social, o de saúde e o turismo esportivo (SILVA, VILARINHO e DALE, 1998).

Na segunda metade do século XX, a “indústria do turismo”, como é comumente denominado, registrou um crescimento significativo como fenômeno social e fator de desenvolvimento econômico nas áreas receptoras. A busca pelo lazer e o ócio reflete, de um lado, os ganhos adquiridos pela classe trabalhadora (aumento de salários, jornadas de trabalho reduzidas, férias remuneradas, incentivos profissionais, etc.) e os avanços dos meios de transporte e comunicação, que possibilitam uma maior mobilidade da população. Por outro lado, à medida que se desenvolviam as megametrópoles que concentravam grande parte da produção material, particularmente no auge do desenvolvimento industrial centralizado, a cidade passa a ser vista como um sinônimo de trabalho e estresse, ao passo que a

viagem e o lazer emergem como formas de se livrar das neuroses urbanas e do cotidiano (RODRIGUES, 1997).

O meio rural brasileiro foi passando por profundas transformações no decorrer dos anos, seja no que diz respeito a aspectos ocupacionais, seja na interpretação de sua noção ou significado contemporâneo (SILVA, 1999). Como exemplos dessas mudanças são mencionadas as novas funções atribuídas ao meio rural (turismo, lazer, etc.), alterando não somente a paisagem, como também as relações e significados sociais no espaço agrário.

O crescente mercado de atividades não agrícolas no meio rural é responsável cada vez mais pela ocupação econômica do campo, introduzindo novas estratégias familiares de reprodução.

Diante da crescente preocupação ambiental e a necessidade de um contato mais íntimo com a natureza, com comunidades tradicionais e seus costumes e valores, novas formas alternativas de turismo (turismo rural, agro turismo, turismo verde, ecoturismo), vêm ganhando espaço. Sendo identificado como um propulsor do desenvolvimento endógeno (local), essas novas iniciativas estão balizadas numa demanda mais personalizada, menos dispendiosa, mais cultural e ecológica, que levam em consideração a sustentabilidade e as identidades locais. Essas modalidades de turismo se distinguem do turismo convencional devido, fundamentalmente, a sua dimensão e a forma de apropriação do espaço rural, pautada numa valorização positiva das formas de sociabilidade e da vida no campo, com a integração da população local. (TEIXEIRA, 1997).

Atualmente, o turismo vem se desenvolvendo principalmente em áreas verdes, pois as pessoas procuram fugir de seu cotidiano agitado dentro dos grandes centros urbanos, procurando lugares tranquilos e que permitam contato com a natureza. Considerando essa demanda, o turismo rural é uma das modalidades que vem crescendo, pois permite que o visitante vivencie um pouco o dia-dia no campo, a harmonia entre a flora e fauna, participando das atividades realizadas naturalmente pelos camponeses. E ao mesmo tempo, surge como uma alternativa de renda para os proprietários rurais, agricultores familiares e camponeses, diversificando as atividades que já realizam, fomentando a chamada “pluriatividade”,

já que as atividades não agrícolas cada vez mais constituem formas alternativas e/ou complementares de geração de renda dos produtores rurais no meio rural. (CAMPANHOLA e SILVA, 1999).

Nesse sentido, o turismo rural vem sendo muito importante para a manutenção das famílias no campo, pois articulada às atividades agrícolas, gera um significativo retorno econômico, além de fomentar a valorização da cultura camponesa e os ensinamentos da vida no campo. No meio rural brasileiro, segundo Campanhola e Silva, a principal modalidade de turismo rural é o agroturismo, que esses autores definem como

atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas. Exemplos: fazenda hotel, pesque-pague, fazenda de caça, pousada, restaurante típico, vendas diretas do produtor, artesanato, industrialização caseira e outras atividades de lazer ligadas à vida cotidiana dos moradores do campo. (CAMPANHOLA e SILVA, 1999: 145).

É de grande relevância observar que a exploração do turismo rural deve ter sempre o caráter de complementaridade. A atividade agrícola realizada nas propriedades não deve ser abandonada, além de ser mais um atrativo para o turista que pode participar ativamente do trabalho na agricultura e ficar sabendo que os alimentos consumidos nas refeições provêm do estabelecimento visitado é ainda mais estimulante. E também é fundamental esclarecer sobre a sazonalidade que pode existir na atividade turística. Não podendo ser o turismo rural atividade exclusiva dos pequenos proprietários.

A atividade turística é composta de diversas segmentações que levam em consideração vários aspectos como motivações da demanda, potencial de uma localidade, faixa etária, classes sociais, paisagem, espaço geográfico, etc. Entre essas segmentações, há uma que se destaca diante do problema estabelecido, pela sua natureza rural e por ter como atrativo o ambiente campestre e suas atividades tradicionais. Denominado de Turismo Rural, este é a atividade turística realizada no meio rural, comprometida com a produção agrícola e com o desenvolvimento local, onde sua demanda é bastante específica (ZIMMERMANN, 1996).

Muito se confunde com a terminologia Turismo no Espaço Rural, por isso, Campanhola e Silva (2000:148) esclarecem que este é “relacionado a qualquer atividade de lazer e turismo que seja realizada em áreas rurais”, que podem ser desde a promoção de eventos como shows e congressos a outras atividades onde sua implantação dependa diretamente das áreas naturais, como ecoturismo, turismo de aventura, etc. O Turismo Rural, para vetor de desenvolvimento agrícola, deve ser, dentre estas, a atividade abordada no combate ao êxodo rural, visto sua relevância e necessidade de preocupação com a comunidade local, para um melhor manejo e andamento da prática.

1.4.1. As oportunidades oriundas do turismo para o pequeno produtor rural

As atividades agrícolas tradicionais já não respondem pela manutenção do nível de emprego no meio rural. Ressalta-se que, nas duas últimas décadas, o meio rural brasileiro vem registrando um aumento de atividades não agrícolas que até pouco tempo eram consideradas marginais, devido a pequena importância na geração de renda. Essas atividades passaram a integrar verdadeiras cadeias produtivas, envolvendo agroindústrias, serviços, comunicações, etc. Dentre essas pode-se destacar o turismo rural, como uma atividade indutora do crescimento de ocupações não agrícolas no meio rural (SILVA, BALSADI e DEL GROSSI, 1999).

De acordo com SILVA (2001), a família rural típica não se reúne mais em torno da exploração agropecuária. O patrimônio familiar a ser preservado inclui as terras e, acima de tudo, a casa dos pais que se transforma numa espécie de base territorial, acolhendo os parentes próximos em algumas ocasiões festivas e tornando-se cada vez mais um ponto de refúgio nas crises, especialmente do desemprego, além de permanecer como alternativa de retorno para a velhice. Além disso, a gestão familiar inclui agora outros "negócios" não-agrícolas como parte de sua estratégia de sobrevivência (maioria dos casos) ou mesmo de acumulação. Em outras palavras, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque a família deixou de ser agrícola e se tornou pluriativa ou não-agrícola, embora permaneça residindo no campo.

Os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição à economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, eles desempenham a função de guardiões da paisagem e conservadores da biodiversidade. A agricultura familiar constitui assim a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais (geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos) e ambientais. (SACHS, 2001)

Deve-se destacar, contudo, que no período recente a definição do que se entende por este "espaço rural" vêm sofrendo alterações, não só pelo crescimento da importância das atividades não agrícolas, que minaram a identidade do rural com a atividade agrícola, mas, também, pela associação crescente do meio rural com a qualidade de vida. Além disso, o ambiente rural também vem incorporando aspectos relacionados ao lazer e ao ludismo que, em grande medida, estão contribuindo para redefinição de percepções simbólicas da população de extração urbana. (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

O turismo aparece como um elemento novo no panorama econômico do mundo rural, sendo considerado, inclusive, como uma atividade econômica relevante na busca de melhorias nas condições de vida dos agricultores familiares, os quais diversificam suas formas de trabalho visando ampliar seus níveis de renda.

Entre os fatores relacionados a esta transformação do meio rural estão: o aumento do tempo livre, devido às facilidades que o "mundo moderno" proporcionou através de avanços tecnológicos em diversas áreas; a ampliação e melhoria das estradas e dos meios de comunicação (especialmente as facilidades proporcionadas pelas telecomunicações) que ligam os centros urbanos ao meio rural, reduzindo o tempo dispendido na locomoção entre esses espaços; a expansão das residências "secundárias" e dos sítios de lazer ou até mesmo a criação de condomínios fechados em áreas rurais, considerados uma opção de segurança, conforto e qualidade de vida; o "estresse" e o crescente custo de vida urbano decorrente do crescimento intenso e desordenado das cidades, que faz com que a população busque ambientes mais "saudáveis" e, finalmente, para uma parcela específica da população (embora cada vez mais expressiva), a busca de um estilo de vida

"exótico", buscando o isolamento e a proximidade com a natureza. (SCHNEIDER e FIALHO, 2000).

Para Silva (2001), as novas atividades demandam um número crescente de pessoas para dar sustentação à expansão das atividades turísticas no espaço rural, o que possibilita que os membros das famílias, liberados das atividades rotineiras da exploração agrícola, pudessem ocupar as vagas geradas na expansão do turismo rural.

Além de incrementar a renda na pequena propriedade rural, o turismo possibilita o resgate à cultura da vida no campo e a valorização dos produtos oriundos da pequena agricultura. Esse setor da economia tem o poder de sensibilizar os agricultores, técnicos, lideranças, estudantes e a comunidade quanto à atividade rentável na agricultura familiar.

Dentre o leque de opções de atividades não-agrícolas voltadas para o meio rural, o turismo e o artesanato têm mostrado possibilidades extraordinárias de diversificação produtiva e de agregação de renda para a família do agricultor e, o mais importante, dentro da propriedade, como reconhece SILVA (1999:32)

... as atividades associadas ao turismo rural – como por exemplo, a fazenda-hotel (aqui diferenciada do hotel-fazenda), o pesque-pague, a fazenda de caça, a pousada, o restaurante típico, as vendas diretas do produtor, o artesanato, a industrialização caseira e outras atividades de lazer associadas à recuperação de um estilo de vida dos moradores do campo – podem ser consideradas uma estratégia de diversificação produtiva das propriedades rurais no intuito de gerar rendas não-agrícolas para fazer frente à queda de rentabilidade dos seus negócios tradicionais. O importante é que são atividades internas à propriedade (on farm) que gerem ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade.

Daí, a importância do turismo para o meio rural e os pequenos proprietários rurais. O turismo aparece tanto como incremento da renda como também gerador de divisas. Os proprietários, além de abrirem suas propriedades para visitas e hospedagens, pode oferecer seus serviços para outras finalidades que estão ligadas ao turismo.

1.4.2. Possíveis contribuições do turismo rural no combate ao êxodo rural

Sendo um fenômeno não recente e resultante de intensas fases de transformação da estrutura econômica de um país, o êxodo rural apresenta-se como um processo desfavorável, para o campo e para a cidade, numa economia em expansão (CAMARGO, 1999). A intensa modernização agrícola tem contribuído para agravar esse mal. Com a industrialização do setor, novas tecnologias são criadas com o objetivo de minimizar o custo dos grandes empreendedores rurais com a mão-de-obra.

De acordo com Silva (2005), a força de trabalho da zona rural vem perdendo seu lugar para essa modernização, sendo substituída pelas máquinas, que por sua vez, proporcionam a esses empreendedores a diminuição de seu custo fixo, maximizando os lucros e aumentando a produção. Com a desvalorização de seu trabalho, a população rural migra para as cidades em busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

Este processo, denominado de êxodo rural, é a saída de um grande número de pessoas das zonas rurais com destino aos grandes centros urbanos, por motivo de insatisfação econômica, social e até mesmo, em relação ao espaço em que se encontram. Silva (2005) ressalta que, como consequência desse quadro, surgem diversos aspectos negativos, tanto no campo quanto na cidade, tais como: aumento da delinquência e da criminalidade, marginalidade social, proliferação das favelas, e outros tipos de habitação, desprovidos de qualquer requisito mínimo de higiene e conforto. Para as cidades, outro aspecto negativo é a urbanização. O aumento desordenado da população provoca, além dos males já citados, o alto índice de desemprego, pois, as indústrias quase sempre são incapazes de absorver toda mão-de-obra que para lá se deslocam.

As estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda a sociedade: o emprego de natureza agrícola define em praticamente todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer ou, pelo menos, parou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. (Silva, 2001).

No entanto, já existem atividades que contribuem para a minimização do êxodo rural, oferecendo novas oportunidades de trabalho para a localidade, mantendo-os no campo. Uma dessas atividades e, talvez, a mais satisfatória, é a agregação do setor de prestação de serviços às atividades agropecuárias. Muitos empreendedores recorrem a essa alternativa com o objetivo de diversificar suas atividades, adquirindo uma nova fonte de renda, beneficiando também a localidade, visto que é necessário contar com a mão-de-obra local, já que a oferta de serviços não depende necessariamente da tecnologia das máquinas, mas sim, da qualificação pessoal (ZIMMERMANN, 1996).

Dentro deste setor, destaca-se o turismo, que segundo a Organização Mundial de Turismo – OMT (2003) é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo, tendo uma participação de cerca de 10% no PIB mundial. É um número bastante significativo diante das inúmeras atividades geradoras de receita.

Os benefícios do Turismo Rural são ressaltados pelo EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), quando o mesmo diz que a atividade agrega valores a serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (EMBRATUR, 2004). Através da implantação do Turismo Rural, se dá a junção de dois ramos diferentes, mas, com fins comuns, diversificando as atividades do campo, transformando-o em atrativo turístico que compõe, também, o cotidiano da localidade, seus costumes tradicionais, o ambiente natural, as instalações rústicas, entre outras que motivam o turista a procurar o meio rural.

O Turismo Rural também contribui para proporcionar bem-estar às famílias envolvidas com a atividade, fazendo com que os mesmos passem a sentir orgulho de sua origem e se conscientizem da preservação de seu patrimônio, que é enaltecido pelo turista, que procura o campo para satisfazer suas necessidades de lazer, interagindo com a comunidade local e com as atividades que são comuns aos residentes. O jeito simples e acolhedor do homem do campo também chamam a atenção do turista, ou mesmo, o desejo de resgatar sua cultura e sua origem, além de afastá-lo, por um determinado tempo, do tumulto e da poluição da cidade grande. (SILVA, 2001)

Eslebão (2000) também aborda que o Turismo Rural tem como função utilizar a mão-de-obra e os recursos locais. Além disso, é uma atividade que cria estratégias de proteção ambiental do espaço rural. Assim, garante a manutenção das famílias no campo, sem que as mesmas enfrentem a arriscada busca por trabalho nos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, estimule a conservação das atividades agrícolas tradicionais.

O Turismo Rural também tem como vantagem a utilização da mão-de-obra já existente no local que vem da agricultura e da pecuária, daí a importância das capacitações, visando a qualificação desta mão-de-obra de acordo com as suas próprias necessidades e com o manejo da atividade. Com isso, o trabalhador rural poderá exercer outra atividade, sem que esta comprometa sua atividade principal, melhorando sua renda. Este processo chamado de pluriatividade é definido por Shneider e Fialho (2000, p. 28), como se tratando de “pessoas com domicílio rural que combinam o exercício de um trabalho principal, ou aquele considerado indispensável, com outras formas de ocupação ou obtenção de renda”.

Embora a pluriatividade seja um processo satisfatório onde, na maioria das vezes, as atividades não-agrícolas encontram-se, para as famílias, mais significativas que a atividade principal, isso não quer dizer que a agricultura deixará de ser importante. Ao contrário, segundo Shneider e Fialho (2000:26) isso pode estar indicando uma nova divisão espacial do trabalho, “que não mais se expressa na oposição conceitual tradicional entre rural e urbano”, muitas vezes sendo uma espécie de extensão antagônica entre campo e cidade. Sobre a relevância da geração de renda, Zimmermann (1996:28) coloca que “para o produtor rural (...), a partir do turismo rural passa, além de agregar valores aos seus produtos (...), a obter uma representativa receita”, valores estes que, na maioria dos casos, passam a ser bem, mais representativos do que as receitas da produção rural normal.

O Turismo Rural também contribui para a reafirmação e resgate dos valores culturais, gerando um desenvolvimento sustentável, que segundo a OMT (2003), é um processo que visa atender as necessidades das gerações atuais sem comprometer que as gerações futuras também tenham a capacidade de garantir suas próprias necessidades. Portanto, com o Turismo Rural contribuindo para que a população local tenha uma melhor expectativa de vida, conseqüentemente o mesmo

proporcionará a manutenção das famílias no campo, evitando o êxodo rural. São oportunidades de trabalho e de melhoria de vida que se apresentam como uma importante ferramenta para o crescimento social, espacial e econômico das localidades rurais.

1.4.3. O aproveitamento dos recursos naturais para o turismo rural

Atualmente, a questão ambiental é um dos temas que mais tem chamado à atenção das pessoas, devido à valorização que se tem dado à qualidade de vida. Os recursos naturais, outrora abundantes, atualmente tão escassos, fazem os fatos falarem por si mesmos. Os animais em extinção, águas poluídas, lixo atômico, buraco na camada de ozônio identificam que a qualidade de vida é cada vez pior, enquanto mais tecnologias são desenvolvidas com este fim, atendendo prioritariamente aos interesses do capitalismo.

O meio ambiente alerta a todo o momento, que há a necessidade em se projetar políticas e adequar iniciativas em direção à conservação da vida no planeta. Por isso, o caminho para o desenvolvimento sustentável é acima de tudo uma decisão política que se estabelece em longo prazo.

Nos países de industrialização recente como o Brasil, as questões ambientais relacionadas à degradação da natureza são delicadas. Cego por desenvolvimento dependente e imitativo, o país tem sido pouco criativo tanto para evitar o desperdício como para aperfeiçoar o aproveitamento de seus próprios recursos. Algumas regiões brasileiras têm buscado alternativas para garantir o desenvolvimento de forma sustentável, apresentando um conceito inteiramente novo, na opinião de Camargo (1999), em que sua prática ainda é controvertida e discutível.

Para Ribeiro (2001), juntar turismo e meio ambiente é ousado, pois não existem definições universais nem metodologias que permitam medir o jogo de forças entre um dos fenômenos mais importantes da sociedade moderna e o meio ambiente. As relações são, portanto, antigas. O potencial natural de uma região sempre se constitui em um dos principais atrativos para a atividade turística. Por outro lado, o próprio turismo representa uma ameaça constante ao meio ambiente.

Para Pires (2001), a alternativa para minimizar a questão da degradação ambiental, provocada pelo modelo econômico até hoje adotado, é a opção do desenvolvimento sustentável, que visa à reflexão sobre padrões atuais de consumo e utilização de recursos naturais renováveis e não renováveis. Contemplando o turismo sob este enfoque, Pires (2001, p.46) conclui chegar-se ao chamado turismo sustentável, que tem como objetivo o “atendimento das necessidades de lazer dos turistas e a necessidade de desenvolvimento das localidades visitadas, sem que isso comprometa o meio ambiente no qual se dá à visitação”.

Com a valorização crescente dos recursos naturais e da paisagem, decorrente de movimentos e acordos internacionais, como a ECO-92 e a Agenda 21, o ambiente rural deixou de ser apenas o local de produção agropecuária para adquirir outras funções. Estas últimas se referem à prática de esportes, canoagem, saltos, escaladas, trilhas, pesca, etc., a contemplação da paisagem e da flora e fauna silvestre, e a instalação de camping, spas, hotéis-fazenda, restaurantes típicos, e outros (CAMPANHOLA e SILVA, 2000).

Segundo Campanhola e Silva (2000), o turismo em área rural pode se constituir num vetor de desenvolvimento local, contanto que seja controlado por processos regionais, que considerem as comunidades locais se apropriando dos benefícios gerados, por consequência. Um dos pontos importantes a considerar neste contexto refere-se ao aproveitamento das especificidades de cada local ou território e o total aproveitamento das potencialidades e oportunidades.

Nessa nova perspectiva, o turismo tradicional que traz capital de fora para explorar os negócios no meio rural, baseado na importação de programas e recursos, não é uma estratégia apropriada para promover o desenvolvimento local (SILVA, 2000). Para muitos autores há de se considerar o potencial da comunidade local e as diversidades geográficas, culturais e ambientais das áreas rurais.

Em certos casos, o desenvolvimento do turismo pode constituir-se em um meio de frear o êxodo rural. Esse desenvolvimento não pode ter um único fim em si, mas constituir-se num instrumento para realizar objetivos maiores, de ordem econômica e social. Seu valor fundamental está em criar condições para alcançar a

cidadania no meio rural e evitar as migrações, na conservação da paisagem ambiental e na oferta de espaços livres para o lazer das populações urbanas.

Para o sucesso do turismo rural, deve se levar em conta que somente haverá condições de sustentabilidade caso haja harmonia e equilíbrio na interação entre os seguintes fatores: resultado econômico, mínimo impacto ambiental e cultural, satisfação do turista e da comunidade local. As questões que envolvem o meio rural, embora fortemente ligadas às urbanas, têm sido colocadas num segundo plano (CABRAL, 2003).

Capítulo II

2. Potencialidades turísticas no meio rural da Paraíba

Totalizando 223 unidades, os municípios paraibanos constituem verdadeiros centros de excelência para o desenvolvimento do turismo ecológico e rural. As diferentes paisagens morfoclimáticas e fitogeográficas do Estado, distribuídas por quatro Mesorregiões Geográficas – Litoral, Agreste, Cariri, e Sertão - mantêm sua individualidade no conjunto, seja pelos atrativos cênico-naturais, seja pelos seus valores histórico-culturais.

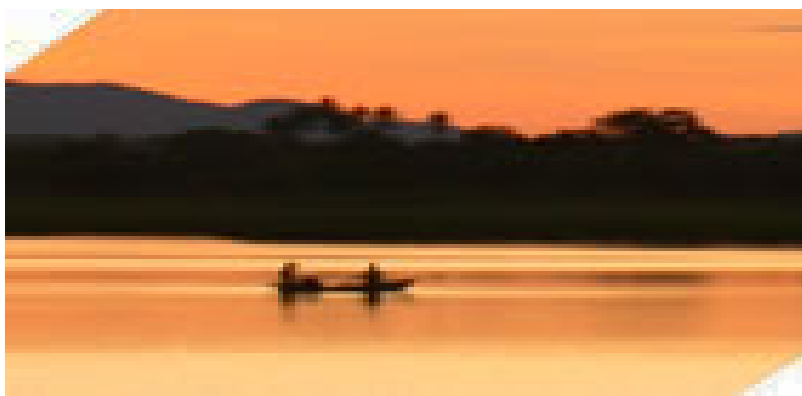
Para SEABRA (2002), não obstante o inestimável valor turístico das localidades interioranas existe um incentivo à prática do turismo convencional e predatório, concentrado na orla litorânea do Estado, sobretudo nas praias situadas na Grande João Pessoa.

Por outro lado, os municípios do Brejo e Sertão paraibanos associam seu lado rústico através de atrativos naturais, como as áreas às esculturas do relevo que pontilham as superfícies pediplanadas sertanejas cobertas pela caatinga. Nesses lugares, as paisagens naturais mesclam-se com os arranjos sócio-econômicos e culturais reproduzidos a nível estadual e local, através dos engenhos, das senzalas, das plantações de cana, das moradias dos trabalhadores, com também através das edificações relacionadas às atividades administrativas, religiosas e culturais. (MOREIRA, 1999).

Enquanto no Brejo vislumbram-se as paisagens alpestres das Serras Paraibanas; no Sertão, o por do sol é único, acompanhado de fundo musical regional, representado pelo chacoalhar dos guizos do gado pé-duro, e o forte cheiro de café no fim da tarde.

A Paraíba possui lugares onde a natureza se mostra abundante e com singular exuberância. Não é apenas o Estado onde o sol nasce primeiro, mas também, um misto de tradição, riqueza natural e recantos convidativos à paz, romantismo e esporte. Para os paraibanos, os passeios representam uma oportunidade de se familiarizar com a sua própria casa. Já para os turistas, a rota significa uma forma de vivenciar algo novo e inesquecível.

Apresenta uma diversidade muito grande, não só em paisagens naturais como na forma de organização espacial. A variedade da paisagem natural resulta de um relevo diversificado, de uma cobertura vegetal bastante diferenciada e de um clima que varia de quente úmido ao semi-árido (quente-seco), além de uma rede hidrográfica composta de rios perenes e temporários. (MORAIS, www.pbtur.com.br).



Pôr do sol em Cajazeiras
fonte: www.pbtur.com.br

O turismo em áreas rurais é uma forma de lazer fundamentada na paisagem natural, no patrimônio cultural e histórico e no desenvolvimento social das regiões interioranas. Em virtude do seu caráter natural, social, cultural, ecológico e paisagístico, o turismo rural insere-se numa perspectiva de desenvolvimento – preservação ambiental.

A Paraíba é um estado eminentemente agrícola, com muitos elementos e recursos naturais que podem ser mais explorados com fins de atividades turísticas e/ou de experimentações, visto que neste entorno há “festas juninas”, “o Parque dos Dinossauros”, “hotéis fazenda”, “sítios arqueológicos”, “trilhas”, “festas folclóricas”, além da possibilidade de outras alternativas para implementação turística com a utilização dos recursos naturais.

A Paraíba guarda encantos naturais de singular beleza. O Estado se descortina para o lazer desde o seu litoral com praias paradisíacas, passando pelo Agreste e Brejo, Cariri e Curimataú até o Sertão. Em qualquer dessas regiões é

possível encontrar recantos deslumbrantes e as delícias de uma culinária regional com tempero inigualável.

Em várias partes do Estado os sítios arqueológicos enobrecem a paisagem de mata típica, rica em cactos e mandacarus. No Brejo, proliferam as trilhas que levam a lugares de singular beleza como a Cachoeira do Roncador e os engenhos de Areia. Do Agreste ao Sertão, as serras erguem-se imponentes como quem se oferece à descoberta. São lugares adornados pelas plantas nativas, que resistem à seca para chegar à primavera oferecendo flores raras como as orquídeas. (SEABRA, 2002)

Os atrativos naturais da Paraíba estão por toda parte, opções de lazer não faltam. Conhecer a Paraíba ecológica, do litoral ao sertão, a prática de esportes radicais e de aventuras é favorecida por lugares pitorescos e pela geografia do Estado. A Paraíba rural é deslumbrante: as tradições, o artesanato, e a culinária paraibana são inigualáveis. Este Estado possui belezas naturais impressionantes e um conjunto arquitetônico que fala de sua grande história.

A Paraíba dispõe, aproximadamente, de 140 km de costa, onde praias naturais e urbanizadas intercalam-se de norte a sul representando uma das orlas mais bonitas e mais preservadas em todo o Brasil.

Com relação à arquitetura, a Paraíba é um estado com identidade cultural definida e detém um expressivo patrimônio, que se distingue dos demais estados da federação por guardar verdadeiros tesouros da cultura brasileira. Além de riquíssimo, o patrimônio cultural da Paraíba destaca-se pelos singulares exemplos de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico e científico, categorias que a Constituição Federal estabelece para os bens materiais. (MORAIS, www.pbtur.com.br).

A cultura paraibana mostra-se estrelada através de diversas manifestações. Além dos ciclos natalino, junino e carnavalesco, considerados fortes em suas tradições, podemos afirmar que as festas religiosas estão espalhadas em todos os recantos do Estado, confirmando a fé e a devoção do povo paraibano. Um outro

evento cultural bastante enfatizado no Estado é a vaquejada, com um calendário anual que contempla a maioria dos municípios. (SEABRA, 2002)

Como principais cidades, além da capital João Pessoa, destacam-se: Campina Grande, na região da Borborema; Guarabira e Areia, na região do Brejo; Patos, no Vale do Espinharas; Souza e Cajazeiras, no alto Sertão; entre outras, cada qual com suas características singulares e peculiares, capazes de ofertar momentos de lazer, conhecimento e descontração aos visitantes.

No agreste paraibano, além de Campina Grande, conhecida por suas tradicionais festas, como “O Maior São João do Mundo”, “Congresso de Violeiros”, “Vaquejada”, “Micarande”, “Encontro para a Nova Consciência”, “Festival de Inverno”, encontramos também outros municípios com grandes potencialidades turísticas. No município de Ingá, por exemplo, encontram-se as Itacoatiaras (Pedras de Ingá), cujas inscrições pré-históricas tem sido objetos de diversas pesquisas científicas e de inúmeras lendas.



Pedras de Itacoatiara no município de Ingá
Fonte: www.pbtur.com.br

O turismo nas áreas rurais abrange não somente o campo, mas também abre seu espaço no litoral. Especialmente em João Pessoa, é bastante visível a prática dessa modalidade turística.

O litoral sul é um grande exemplo, além das belezas de suas praias desertas e paradisíacas, também oferecem uma opção de turismo rural,

com visitas a fazendas, passeios em carro de boi e a cavalo, degustação de frutas típicas e de produtos naturais, como mel e doces regionais.



Comunidade Flor D'agua
Fonte: www.onorte.com.br

Neste ambiente, antes essencialmente sol e praia, agora integra um roteiro de visita a cachaçarias artesanais, com direito à degustação de cachaças, de licores e de frutas regionais. Pode-se tomar banhos de argila e, após percorrer trilhas na mata, mergulhar em piscinas de vertentes naturais.

Na Paraíba, projetos voltados para o planejamento do turismo no Brejo são estudados e executados, incentivando o ecoturismo e o turismo rural, através do uso das reservas florestais e da revitalização dos engenhos de cachaça e de rapadura.

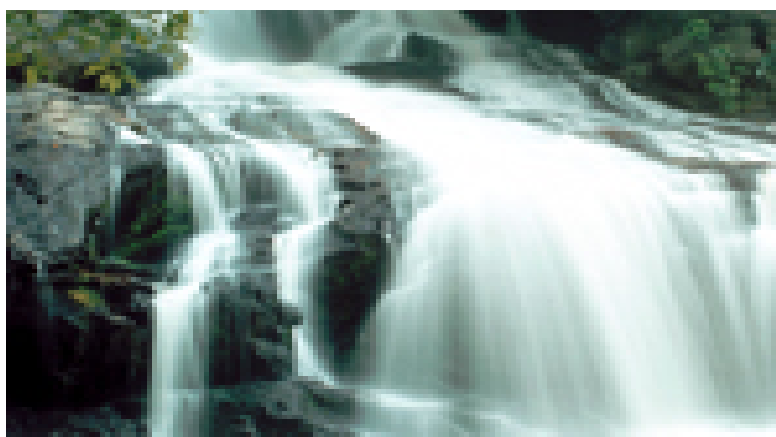
A região do Brejo da Paraíba possui diversos locais para a prática turismo rural sustentável que vem conquistando cada vez mais adeptos entre pessoas de todas as idades, amantes da natureza que se instalam em qualquer local onde a natureza revele todo seu prodígio e exuberância. Um dos principais atrativos do Brejo é a escalada da Pedra da Boca, que fica no município de Araruna.



Pedra da Boca no município de Araruna
Fonte: www.pbtur.com.br

O lugar transformou-se em ponto habitual de encontro de artistas, alpinistas e adeptos dos mais diversos esportes radicais. A área de camping dispõe de infraestrutura básica para a permanência dos visitantes, a exemplo de água potável e hospedaria com quartos coletivos. As refeições podem ser feitas nos restaurantes simples, porém aconchegantes, instalados nas proximidades da pedra. (CORREIO DA BAHIA, 2002)

Outro ponto igualmente visitado na região do Brejo é a Cachoeira do Roncador, em Pirpirituba, um paraíso no estado da Paraíba, apreciado pelas suas águas mornas. São locais apreciados, principalmente para se acampar.



Cachoeira do Roncador no município de Pirpirituba
Fonte: www.conquistaturismo.com.br

Conhecer engenhos existentes desde o período colonial e casarões construídos pelos ricos produtores de café pode revelar traços da história do Brasil. Para visitá-los, é necessário dirigir-se a Bananeiras e Areia, situados na região do Brejo. Localidades repletas de moendas seculares e alambiques para o feitiço da

cachaça. No centro, os casarões do final do século passado oferecem um cenário singular.



Município de Areia
Fonte: www.pbtur.com.br

Para tanto, considerada uma das regiões mais secas do Brasil, os Cariris Paraibanos localizam-se na Mesorregião da Borborema, no trópico semi-árido do Estado da Paraíba. Fragilizada ambientalmente e socialmente, apresentando baixas densidades demográficas e elevados índices de emigração, essa área, todavia comporta um potencial turístico ecológico e cultural elevado.

Tal área, situada no centro-sul do estado da Paraíba, integrava no século passado o Sistema Gado-Algodão (SILVA e LIMA, 1982), destacando-se os criatórios extensivos e a cultura do algodão arbóreo. A economia regional floresceu e tornou-se respeitada com esses dois produtos responsáveis, à época, pelo padrão médio elevado do homem sertanejo e registrado nas habitações rústicas e confortáveis encontradas tanto no meio urbano como na zona rural. Atualmente, a criação de bode é o maior responsável pela sustentação econômica do Cariri. Do algodão, restam poucas culturas, timidamente renascendo, guarnecidas pelas edificações rurais e urbanas dos tempos de outrora.

A região do Cariri Paraibano possui um total de 29 municípios, dos quais cerca de 12 são apontados como possuidores de elevado potencial turístico. Entre estes estão os municípios de Boqueirão, Cabaceiras, Gurjão, São João do Cariri, São José dos Cordeiros, Congo, Coxixola e Monteiro. Entretanto, para a

implantação de um projeto turístico de base sustentável é necessário inventariar e mapear os principais atrativos naturais e culturais que darão suporte a um Projeto Piloto de Turismo Integrado de Base Social. (SEABRA, 2002)

Constituem recursos turísticos do Cariri as formações geomorfológicas, os sítios arqueológicos, a vegetação xerófila e a cultura do homem sertanejo. Nos sítios arqueológicos são encontradas inscrições e figuras rupestres da Tradição Agreste e Itacoatiara, além de artefatos produzidos pelos grupos indígenas primitivos, como panelas, cachimbos, machados, flechas e lanças (SEABRA, 2002). As manifestações folclóricas e os festejos religiosos são marcas do Cariri, como também a musicalidade da população local, traduzida no autêntico forró pé-de-serra e nas festas juninas. Também estão presentes na cultura popular os artigos de couro, de barro e tear que, juntamente com os doces caseiros e queijos, são comercializados pela população de menor renda.

A Muralha dos Gigantes, em São João do Cariri, é uma elevação de rochas graníticas e metamórficas que se prolonga desde a divisa com o Rio Grande do Norte até as proximidades de Pernambuco, cortando a Paraíba de norte a sul, por mais de cem quilômetros. Neste local foi encontrado um rico acervo arqueológico, cujos desenhos e inscrições retratam a os primórdios da história do homem do Cariri.



Ecoturismo na Caatinga, município de São João do Cariri
Fonte: www.turismosertanejo.com.br

A base social do Projeto Turístico deve ser fortalecida através da participação efetiva da comunidade local, desde sua fase inicial. No Circuito Turístico do Bode e do Algodão a elevação do padrão de vida da população local deve ser incentivada a

partir da geração de pequenos negócios, porque fazem parte dos roteiros os pequenos sítios policultores, as fazendas e a zona urbana, onde o turista poderá descansar nas hospedarias familiares pertencentes à população residente.

O Lajedo de Pai Mateus, localizado em Cabaceiras, tem aumentado seu ritmo turístico utilizando sua paisagem natural repleta de cactos, bromélias e canyons. Possui ainda inscrições rupestres feitas por índios que habitaram a região há três mil anos. Rios e lagos que contornam formações rochosas, onde está a Pedra do Capacete, é ideal para caminhadas e escaladas radicais. (PARAÍBA, www.paraiba.pb.gov.br).



Lajedo de Pai Mateus no município de Cabaceiras
Fonte: www.paraiba.pb.gov.br

O modelo de turismo praia-sol já apresenta claros sinais de exaustão, principalmente porque o principal produto turístico, a paisagem litorânea, está sendo destruído pelos empreendimentos turísticos e casas de veraneio. Vale lembrar que o turismo é uma atividade cíclica: apresenta um início, um meio e um fim (GALLERO, 2000). Sendo que o fim do turismo tradicional torna-se tanto mais próximo quanto maior for a velocidade de destruição do patrimônio natural e cultural.

Quando se trata do litoral brasileiro, o patrimônio turístico está sendo destruído de maneira acelerada e irresponsável. A velocidade dos empreendimentos transforma as paisagens naturais, o próprio produto turístico, em lugar não turístico, onde o turista torna-se refém de uma estrutura fechada intra-muros, sem nenhuma identidade com o lugar. (SEABRA, 2002).

Tudo leva a crer que a praia é um caso com pouca solução, pois com alto índice de poluição e de saturação dos recursos naturais, a atividade turística tende a decrescer com o passar dos tempos. Por isso, antes que seja tarde, deve-se lançar um olhar para o interior - o domínio dos Sertões.

O Sertão Paraibano possui um potencial turístico de valor inestimável, fundamentado nos patrimônios natural, cultural, arqueológico e nos festejos juninos e religiosos.



Pegadas em Souza
Fonte: www.paraiba.pb.gov.br

O Sertão Paraibano limita-se ao Norte com o Rio Grande do Norte, ao Sul com Pernambuco, a Leste com a Mesorregião da Borborema e a Oeste com o Estado do Ceará. São municípios sertanejos as cidades de Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga, Teixeira, totalizando 83 municípios. Apresenta um bom potencial hídrico, sendo drenada pelas bacias dos rios Piancó, Piranhas e Peixe, de grande importância para região por serem perenizados em quase todo o seu percurso. (PARAÍBA, www.paraiba.pb.gov.br)

É nesse ambiente de terra rachada e vegetação acinzentada que vive o sertanejo típico. Vestindo indumentária de couro e alpercatas nos pés, o rude homem da caatinga é um elemento sempre presente. Por suas características exóticas e peculiares, tanto no que diz respeito à paisagem natural, assim como nos seus aspectos culturais, no sertão paraibano são encontradas muitas das maiores atrações turísticas do Nordeste. (SEABRA, 2001)

De base fundamentalmente social, o turismo rural nos sertões tem um perfil agroecoturístico e cultural, possibilitando ao turista vivenciar experiências participativas em meio à paisagem sertaneja, deleitando-se com as apresentações folclóricas e culturais. Além do mais, o turista é acomodado em pequenas unidades hoteleiras familiares, nos pequenos centros urbanos e no campo, onde os hábitos simples de vida são elementos a mais na paisagem, proporcionando descanso, lazer e crescimento pessoal ao visitante.

Capítulo III

3. Programas e políticas de turismo rural visando o desenvolvimento local – o caso da Paraíba

Apesar de apresentar um grande potencial, a atividade turística no Brasil convive, ainda, com uma série de problemas e carências. A solução dessas questões passa pelo desenvolvimento de programas e projetos responsáveis e sustentáveis, em seus diversos matizes: ambiental, sócio-cultural e econômico, além de elaborar estratégias para o setor que visem o seu fortalecimento. (SEBRAE, 2003)

A competitividade de uma região turística é o resultado de ações integradas do governo, o setor privado e da comunidade. O governo exerce papel importante nessa atividade, pois tem a responsabilidade por boa parte dos serviços, como: saúde e segurança; infra-estrutura, como as rodovias e ferrovias; formulação de políticas; estabelecimento das condições fiscais e financeiras e também pelo planejamento conjunto com o setor privado e a comunidade. O setor privado tem seu papel também quando fornece instalações, atrações, ou seja, fornece parte da infra-estrutura e a comunidade fornece outros atrativos, como os culturais, além da recepção. (SILVA, VILARINHO e DALE *apud* ALMEIDA, FROEHLICH e RIEDL, 2001)

Para que haja o desenvolvimento dos pólos turísticos é necessário que os agentes do setor público, privado e a própria comunidade trabalhem de forma cooperativa e coordenada. Esta ação coordenada se daria não só no sentido de oferecer o produto turístico de acordo com as necessidades dos turistas, como também para que tal oferta se faça dentro dos parâmetros de um desenvolvimento pautado na sustentabilidade, sob os seus mais diversos aspectos.

A política Nacional de Turismo é de responsabilidade do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, por intermédio do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). Na política nacional de turismo são apontados programas de incentivo à prática do turismo como fonte geradora de emprego e renda para o país. No caso da Paraíba o Governo do Estado tem demonstrado maior interesse nesse setor, tendo ele muita importância na economia local. (EMBRATUR, 2004)

O Turismo, como qualquer outra atividade econômica, deve estar inserido numa proposta mais ampla de planejamento, que considere os demais setores ligados à economia e ao ambiente. Na estruturação do turismo, a natureza deve ser compreendida como suporte das ações humanas; um recurso de valor inestimável e que, por ser esgotável, exige um tratamento voltado para a sua sustentabilidade. Nessa perspectiva, o enfoque da paisagem deve ter sempre como referencial uma determinada população ou grupo social que vive num determinado território, onde as atividades são desenvolvidas segundo maior ou menor grau de complexidade em função dos vínculos internos e externos mantidos no plano cultural. (SEABRA: 199-)

3.1. Programa SEBRAE de turismo

Com grandes diversidades natural e cultural, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE sabe que o Brasil apresenta, sem sombra de dúvida, um dos maiores potenciais turísticos do mundo. Esse potencial tem despertado o interesse dos visitantes e de empreendedores dos diversos segmentos econômicos, cujos investimentos realizados comprovam essa afirmativa.

Para intensificar o trabalho no turismo, o Sebrae mantém o Programa de Turismo, que tem o objetivo de intensificar ações voltadas para o fomento do setor, focando na qualificação do profissional de turismo e na comercialização de produtos e serviços.

Dentro da ótica de somar esforços para o desenvolvimento do setor, o Programa Sebrae de Turismo foi alinhado ao Plano Nacional de Turismo, lançado recentemente, em Brasília, pelo Ministério do Turismo. O objetivo é ir ao encontro das diretrizes que o governo federal instituiu, já que o plano nacional mantém a linha de desenvolvimento do setor com enfoque no fortalecimento do social e na melhoria da gestão dos pequenos negócios, que, em última análise, são duas das principais missões do Sebrae. (SEBRAE, 2003)

Para fortalecer o segmento, uma das ações do Programa Sebrae de Turismo é viabilizar o crescimento da cadeia produtiva do turismo dentro de um território ou destino turístico. Valorizar a cultura e as tradições locais é uma das formas de

incrementar a atividade e agregar valor ao segmento. Ao trabalhar a cadeia produtiva do segmento turístico, o Sebrae está estimulando a confecção de produtos com a cara brasileira.

Para isso, o Sebrae mantém ações nos Arranjos Produtivos Locais (APLs), que são aglomerações de empresas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa.

Esse Programa tem sido desenvolvido em todos os estados brasileiros, inclusive no estado da Paraíba, e tem proporcionado não só a geração de postos de trabalho, mas a melhoria no desempenho da gestão dos pequenos negócios do setor e a capacitação profissional para todos aqueles atores envolvidos. (SEBRAE, 2003)

No início, o Programa era focado no desenvolvimento local, no município, no pontual. Hoje, após quase uma década de envolvimento com as comunidades locais, orienta suas ações nas variadas direções. Além de uma metodologia de intervenção que promove o desenvolvimento sustentado, na abordagem territorial, priorizando os adensamentos de negócios através dos APLs – Arranjos Produtivos Locais, dispõe de iniciativas consistentes e abrangentes, criadas para atender a diferentes demandas das regiões. (SEBRAE, 2003)

Incorpora, em suas intervenções, além das diversas parcerias, a integração com a comunidade, as manifestações do artesanato, agronegócios, possibilitando a viabilização das economias locais, associativismo e outros, resgatando e afluando as várias formas das culturas e dos seus importantes valores intangíveis, além de estimular a participação efetiva das comunidades, contribuindo para a elevação da auto-estima, tudo isso emoldurado com a “cara” do município receptor, importante projeto desenvolvido pelo Sebrae. (SEBRAE, 2003)

Os segmentos priorizados são:

- Ecoturismo
- Turismo Aquático/Náutico

- **Turismo no Espaço Rural**
- Turismo Religioso
- Turismo Cultural / Cívico
- Turismo de Esportes
- Turismo de Eventos e de Negócios
- Turismo de Saúde e da Melhor Idade
- Turismo de Aventura

O setor turístico é reconhecidamente um setor onde as micro e pequenas empresas estão presentes de forma significativa, compondo a maioria do número de estabelecimentos dos diversos elos da cadeia e participando dos demais setores que com essa fazem interface. (SEBRAE, 2003)

3.2. PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - Pronaf Turismo rural

O Pronaf é um Programa de apoio ao desenvolvimento rural, a partir do fortalecimento da agricultura familiar como segmento gerador de postos de trabalho e renda. O Programa é executado de forma descentralizada e tem como protagonistas os agricultores familiares e suas organizações.

O programa busca construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, visando o aumento e a diversificação da produção, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005)

Tem sido cada vez mais freqüente a inclusão do turismo nas discussões que tratam do desenvolvimento rural e da agricultura familiar. As transformações no modo de organização das populações rurais apontam o turismo como ferramenta capaz de proporcionar à diversificação da renda, a valorização da cultura local, a comercialização da produção pelos próprios agricultores familiares e ainda estimular o resgate da auto-estima dessas populações.

Tal realidade, aliada à característica multidisciplinar e multisetorial do turismo, permite a valorização de todos esses aspectos, proporcionando o uso adequado do território, de acordo com suas potencialidades, bem como o estímulo a recuperação e conservação da economia local.

Diante deste cenário de crescente visibilidade da atividade turística no meio rural, entende-se que o poder público deve assumir um papel fundamental no apoio à implantação da atividade turística desenvolvida por agricultores familiares nas unidades produtivas.

O financiamento rural do Pronaf tem impactos tanto sociais quanto econômicos, ao mesmo tempo em que dá condições para que os agricultores familiares ganhem em escala dentro da unidade de produção, mantém as pessoas ocupadas, gera empregos e possibilidades para que a família permaneça no meio rural. Além disso, diminui a tensão no campo e a pressão por emprego na cidade. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005)

Os beneficiários dos créditos do PRONAF são os assentados da Reforma Agrária reconhecidos pelo INCRA e beneficiários dos programas de crédito fundiário do Governo Federal, demais agricultores familiares, trabalhadores rurais, pescadores artesanais, aquicultores, pecuaristas familiares, silvicultores, extrativistas, quilombolas e indígenas.

Acessando o financiamento rural, os agricultores familiares têm condições de ampliar e qualificar as atividades que já desenvolvem, implementar novas atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda, adquirir máquinas, equipamentos, sementes e insumos, o que antes não se conseguia devido à falta de condições e de recursos.

3.3. REDE TRAF – Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar

É um programa do Governo Federal que tem como objetivo promover o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento, pelos agricultores familiares, das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos

locais, com geração de renda e trabalho no meio rural e conseqüente melhoria das condições de vida. São responsáveis, de forma integrada, os Ministérios do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente.

A Rede TRAF serve como instrumento de promoção das políticas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para o desenvolvimento do turismo na agricultura familiar. É uma organização nacional de articulação, constituída de técnicos, instituições e empreendedores, que visam o desenvolvimento do turismo; um espaço para sistematizar informações de todo o país, formando um banco de dados nacional; canal de debates sobre questões relevantes para o desenvolvimento do turismo rural na agricultura familiar e de troca de experiências entre os atores envolvidos. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004)

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), citado pela página virtual do Partido dos Trabalhadores, o turismo rural é uma prioridade do Ministério para os próximos anos e passou a ser apresentado como uma alternativa para a diversificação do trabalho rural e de geração de renda para os pequenos produtores.

Além de linhas especiais de crédito, assistência técnica, incentivos a agroindustrialização e ao desenvolvimento sustentável, o Governo Federal também está investindo na capacitação da mão-de-obra, na qualificação da infra-estrutura das propriedades e na divulgação de rotas e circuitos turísticos identificados com o perfil de cada região brasileira. (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005)

Conforme MDA (2005), os princípios básicos que norteiam o Programa são os seguintes:

- A prática do associativismo;
- A valorização e o resgate do patrimônio cultural (saberes e fazeres) e natural dos agricultores familiares e suas organizações;
- A inclusão dos agricultores familiares e suas organizações, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia, como atores sociais;
- A gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
- O estabelecimento das parcerias institucionais;

- A manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do Turismo Rural na agricultura familiar em relação às demais atividades típicas da agricultura familiar;
- O comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
- A compreensão da multifuncionalidade da agricultura familiar em todo o território nacional, respeitando os valores e especificidades regionais;
- A descentralização do planejamento e gestão deste Programa.

Esse programa objetiva promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida.

3.4. PAB/PB – Programa de Apoio ao Artesanato da Paraíba

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Programa de Apoio ao Artesanato da Paraíba foi criado pelo Decreto Governamental nº 24.647/2003, de 01 de dezembro de 2003. Tem como objetivo promover o desenvolvimento do artesanato paraibano, para que seja reconhecido nacional e internacionalmente, de forma integrada com o turismo, melhorando as condições de vida dos artesãos e artistas, através da geração de trabalho e renda, preservando as formas de identidade cultural da região que podem ser transmitidas por processos educacionais às novas gerações.

Com características inovadoras, dentro de uma perspectiva sistêmica, baseada num modelo de gestão compartilhada com o Sebrae/PB, imprime ao setor de artesanato um enfoque diferenciado, no que tange à organização social, capacitação gerencial, acesso ao crédito, promoção e comercialização, colocando-o como uma verdadeira atividade econômica interferindo de forma direta e benéfica no cotidiano do artesão. (PARAÍBA, 2006)

O PAB tem como principal meta promover o desenvolvimento do artesanato paraibano, para que os ofícios artesanais se tornem atividades de expressão econômica conciliado com a preservação das tradições populares e com o desenvolvimento turístico do Estado. O programa procura estimular o turismo promovendo a identidade cultural do Estado, promovendo a efetiva integração da atividade turística com os desdobramentos dos arranjos produtivos do artesanato, tornando essa atividade economicamente viável. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, www.codata.pb.gov.br)

As políticas estabelecidas para o segmento artesanal, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, estão voltadas para a organização e o fortalecimento dos núcleos de produção (associações e cooperativas de artesãos), bem como para a promoção e o incentivo à comercialização de produtos artesanais, em consonância com as diretrizes definidas para o segmento das micro e pequenas empresas:

- A geração de emprego, ocupação e renda;
- O estímulo à exportação;
- O desenvolvimento e o aproveitamento das vocações regionais/locais;
- O fortalecimento dos arranjos produtivos locais; e
- A integração regional e internacional.

Esse programa, com incentivos públicos e privados, valorizando o artesão paraibano, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, e, ainda, contribui para preservação das tradições populares e culturais do Estado.

3.5. APETUR - Associação Paraibana de Turismo Rural

A Associação Paraibana de Turismo Rural, também conhecida por APETUR, foi constituída em 01 de maio de 2001. É uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e duração por tempo indeterminado com sede e foro na cidade de Areia, estado da Paraíba.

De acordo com seu Estatuto de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a APETUR tem como principais finalidades:

- Promoção da assistência social;
- Promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- Defesa, conservação e preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- Promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; etc.

A APETUR se dedica às suas atividades por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, por meio de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos, e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins. (APETUR, 2001)

3.6. ATRACAR - Associação de Turismo Rural e Cultural do Cariri Paraibano

Essa associação procura desenvolver turisticamente o Cariri, no aproveitamento dos potenciais locais e estímulo ao desenvolvimento econômico e social. Com estes objetivos, empresários e poder público de 31 municípios, por meio do Projeto de Turismo Municipal do Sebrae, criaram a Associação de Turismo Rural e Cultural do Cariri Paraibano.

A organização funciona no fortalecimento da atividade turística e articulação do setor. Entre as ações da associação, está o maior aproveitamento das fazendas e chácaras da região, na estruturação dos setores de hospedagem e alimentação destes empreendimentos. A medida, além de possibilitar o surgimento de novas fontes de trabalho e renda, servirá de suporte para a realização de eventos da região. (CORREIO DA PARAÍBA, 2006)

A criação da associação faz parte do Projeto de Desenvolvimento Turístico Municipal, que atende mais de 40 municípios de todo o estado. A ação é realizada pelo Sebrae e parceiros. No Cariri, o projeto atua no segmento histórico-cultural.

A associação está localizada na cidade de Serra Branca, porém, a expectativa é que as reuniões e encontros da entidade acontecem de forma rotativa entre os 31 municípios. São parceiros da iniciativa: Sebrae, Banco do Brasil, Associação Paraibana de Turismo Rural, Associação de Pais, Professores e amigos responsáveis pela Educação, em Serra Branca, Convention Bureau de Campina Grande e Unicampo.

3.7. PNDPA – Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora

O PNDPA, Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora, recebe apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, por meio do Projeto Pesca Amadora PNUD/BRA/01/037, e conta com a parceria dos estados e municípios onde a pesca amadora tem se desenvolvido ou apresenta potencial para desenvolvimento.

Atualmente, o PNDPA está sob a responsabilidade do IBAMA, na Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros, Coordenação Geral de Gestão dos Recursos Pesqueiros, Gerência de Projetos Especiais.

De acordo com IBAMA, esse programa tem atuado no sentido de fortalecer a pesca amadora como atividade importante para o turismo, o comércio e a indústria, e também para a conservação do meio ambiente e da cultura e tradição das populações locais, a partir das seguintes ações:

- Proposição/adequação de instrumentos legais para a pesca amadora
- Capacitação das populações ribeirinhas/costeiras como guias de pesca
- Busca de investimentos para o desenvolvimento do setor
- Apoio à realização de feiras e torneios de pesca amadora
- Divulgação da importância da Licença para Pesca Amadora, visando o aumento de pescadores licenciados;
- Educação ambiental, alertando sobre a necessidade de conservar o meio ambiente e como cada pescador pode ser parceiro dos órgãos ambientais nesse trabalho;

- Melhoria da fiscalização, por meio da transmissão de conhecimentos sobre pesca aos fiscais ambientais;
- Apoio a pesquisas para conhecer melhor a ecologia dos peixes esportivos e a situação sócio-econômica da atividade da pesca amadora.

Nessas ações, o PNDPA conta, também, com a colaboração dos pescadores amadores, das populações ribeirinhas e costeiras, de empresas privadas, universidades e institutos de pesquisa, organizações governamentais e não-governamentais, entre outros parceiros.

O IBAMA, através de seu PNDPA (Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora), afirma que a pesca amadora é uma atividade de baixo impacto ambiental e que também deve ser usada para conscientizar os pescadores sobre a conservação do meio ambiente. Além disso, o ato de pescar e soltar os peixes representa não apenas a garantia de vida das espécies, como também o turismo na região, outro fator muito importante.

Na Paraíba, a pesca esportiva deve ser aproveitada também como uma das atividades de suporte ao desenvolvimento sustentável, pois está diretamente ligada à necessidade de preservação dos rios, lagos, açudes, represas e das espécies de peixes, inclusive para a sua própria continuidade.

Para SANTOS (1999), neste processo, além das empresas e indústrias ligadas ao setor direta ou indiretamente, os proprietários rurais cujas propriedades possuem os requisitos hídricos necessários à esta atividade podem e devem aproveitar a oportunidade deste emergente filão gerador de divisas econômicas, instituindo locais para a prática da pesca esportiva, passando assim a ter uma fonte alternativa importantíssima de renda, ao mesmo tempo em que estará colaborando para o almejado desenvolvimento sustentável do Estado.

Capítulo IV

4. Turismo rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável na Paraíba

Entre muitas regiões do Brasil que se caracterizam pela riqueza do patrimônio cultural é necessário compreender a singularidade da Paraíba, pois é uma região viável para a consolidação de políticas e investimentos na preservação do patrimônio e na manutenção da identidade cultural. A globalização se consolidou em algumas cidades que ainda mantêm as tradições da cultura e a exuberância do meio ambiente.

Como podemos observar no mapa no Anexo 1, a Paraíba caracteriza-se por sua localização geográfica na porção oriental do nordeste brasileiro, estende-se de leste a oeste entre o Atlântico e a fronteira com o Estado do Ceará, ao sul com Pernambuco e ao norte com o Estado do Rio Grande do Norte.

A Paraíba tem hoje nas mãos um imenso potencial ainda pouco explorado numa área de atividades que já demonstra grande importância econômica: o turismo. O clichê diz que o setor é uma vocação natural em todo o Estado, mas a verdade é que historicamente a sociedade sempre deu pouca importância ao seu desenvolvimento. Ainda assim, o turismo vem apresentando resultados importantes nos últimos anos, contribuindo para o crescimento da economia, o desenvolvimento regional e a geração de emprego e renda. (SEBRAE, 2006)

O Estado possui 223 municípios, que na sua maioria possui vocação turística nos critérios ou moldes da EMBRATUR, a partir de atrativos naturais, culturais, históricos, sem se falar naqueles que podem ser objetos de turismo de aventura, ecoturismo e até o agroturismo. Contribui, para tanto, a grande biodiversidade não somente de sua flora, mas também, da sua fauna que vai desde belíssimas praias e dunas litorâneas, passando pela mata atlântica, cerrados e campos, e diferentes e específicas paisagens semi-áridas (caatinga, seridó, etc.).

O impacto do turismo sobre a economia é inegável. Além do óbvio estímulo a atividades típicas do setor - como hotelaria, restaurantes, agências, feiras e eventos, operadores e toda a cadeia de mão-de-obra envolvida nesses negócios -, a

movimentação de turistas pelo Estado estimula o consumo de uma série de outros produtos e serviços tipicamente regional.

De acordo com Lima (2004), existem possibilidades de ampliar e diversificar as atividades no meio rural paraibano, sobretudo com o turismo, atividade que vem se desenvolvendo bastante não apenas o turismo litorâneo, mas também o sertanejo, desde que se formulem políticas de desenvolvimento rural centradas nas potencialidades de cada localidade. Exemplificando, no Agreste do estado (onde está localizada a região do Brejo Paraibano, um dos maiores do Nordeste), a paisagem serrana e o clima ameno favorecem o desenvolvimento do turismo.

Dado ao seu caráter natural, cultural e paisagístico, o turismo rural insere-se na perspectiva desenvolvimento e preservação ambiental das áreas interioranas do da Paraíba. Seguindo no contra-fluxo do modelo economicamente concentrador que vigora no Estado, o turismo rural prioriza a capacidade de suporte dos sistemas naturais e, ao mesmo tempo, incentiva o desenvolvimento sustentável dos sistemas econômico - sociais.

Os municípios em que o processo de industrialização e modernização não se consolidou, apresentam espaços propícios para o desenvolvimento do turismo rural sustentável. Instituições como o SEBRAE e algumas Ongs têm contribuído com o desenvolvimento da ocupação ordenada da área rural, através de empreendimentos turísticos.

A Paraíba é uma região bem-sucedida em se tratando de turismo. Além de suas belas e atraentes praias, conta também com as belezas das áreas rurais, que abrange desde o próprio litoral até o semi-árido. O semi-árido paraibano demonstra grandes valores culturais para implantação desse segmento como alternativa para o desenvolvimento da economia regional. Como o próprio nome sugere, o semi-árido é uma região cujo clima se caracteriza pela quase aridez. Mas o semi-árido da Paraíba possui características especiais, pois possui em seu contexto, situações climáticas e solos bastante diferenciados.

O Estado é formado por municípios que promovem o turismo rural como forma de desenvolvimento econômico regional. Para se ter exemplos, o Agreste

paraibano compreende os municípios de Campina Grande, Ingá, passando também pelo Brejo alcançando os municípios de Areia, Araruna, Bananeiras, Alagoa Grande entre outros tantos municípios que possuem, da mesma forma, um grande potencial turístico em suas áreas.

Campina Grande é uma das cidades mais desenvolvidas do nordeste, muito visitada por estar situada no Planalto da Borborema e pelas suas manifestações culturais, como a Micarande e o Maior São João do Mundo. Quem passa por Ingá sempre aprende um pouco mais, já que a cidade guarda sítios arqueológicos com inscrições rupestres considerados o mais antigo no Nordeste, o de Itacoatiaras.

Ainda, Areia é conhecida por seu Festival da Cachaça e Rapadura, por sua beleza natural e por suas construções históricas, cujos prédios são tombados pelo patrimônio histórico nacional. Araruna, por sua vez, têm vocação para o turismo esportivo, rural e ecológico, propiciando a prática dos esportes radicais além de apreciar as belas paisagens. O turista que passar por Alagoa Grande se depara com vários atrativos: prédios históricos, trilhas e cachoeiras entre outros.

Seguindo, rumo ao Cariri, região que mais se desenvolve no Estado, encontra-se o município de Cabaceiras onde encontram-se morros de granito, pequenos lagos e grandes blocos rochosos formando cavernas e outras formações geológicas como o Lajedo do Pai Mateus. A cidade de Boqueirão é outra situada no Cariri que está em ascensão turística. Dois hotéis foram reabertos recentemente, e a intenção dos governos estadual e municipal é transformar Boqueirão em atração turística. A cidade tem o artesanato das redes, tem o pôr-do-sol no açude Epitácio Pessoa e a culinária regional.

No Sertão da Paraíba, formado principalmente pelos municípios de Patos, Sousa, Cajazeiras, entre outros, traz em sua essência um local rústico de belas paisagens e importantes patrimônios históricos. O município de Sousa, assim como Ingá, guarda importantes sítios arqueológicos, dentre eles o Vale dos Dinossauros com pegadas pré-históricas de cerca de 130 milhões de anos.

Criar um modelo de convivência centrado na auto-sustentabilidade e garantindo emprego e renda para todos que moram no meio rural é de grande significado para a manutenção do povo nessas áreas.

O envolvimento da comunidade rural e de empresários que possuem terras, fazendas e produções agropecuárias, com o turismo, permitiu o aumento do fluxo de visitantes. Ao mesmo tempo, a consciência de que o meio ambiente precisa ser respeitado, tem despertado na sociedade o sentimento de preservação ambiental e de investimento em empreendimentos turísticos.

O turismo, com sua força econômica, não pode deixar de ser visto sob este novo prisma, o da sustentabilidade. O crescimento do setor no Estado desperta a necessidade de se conservar a natureza, onde não apenas aqueles que estão envolvidos no turismo se preocupam com o seu futuro, pois a cada dia muitos se envolvem com a questão e precisam conhecer um pouco mais o que essa atividade deve fazer para utilizar os recursos naturais e culturais de maneira sustentável. (CAMPOS, 2004)

De acordo com BARRETO (2000), percebe-se que as atividades em áreas rurais podem contribuir com a comunidade e com as políticas de preservação do patrimônio ambiental. A atividade turística no meio rural significa um meio para aumentar a renda da população rural, de forma harmônica, valorizando sua propriedade e o seu estilo de vida.

O turismo rural surge como uma alternativa de desenvolvimento local sustentável na Paraíba, por se tratar de um setor procura trazer benefícios diversos para o Estado. O poder público municipal é o principal articulador do desenvolvimento local. Cabe a esfera local estabelecer políticas que promovam a melhoria e o bem estar social.

Quando se refere à atividade do turismo, esta premissa se torna ainda mais evidente, já que, para se alcançar resultados significativos e não se desalinhar com as medidas de nível hierárquico superior é necessário integrar as decisões locais às políticas nacionais. Segundo Dias (2003, p. 144) “o município só tem a ganhar quando capitaliza as políticas traçadas em nível nacional, incorporando-se

rapidamente e procurando auferir os benefícios que advirão, tanto da promoção, como em financiamentos para a infra-estrutura, em particular”.

Obviamente, para desenvolver o turismo em nível local, há que se pensar, primeiramente em políticas públicas que promovam a organização do município, envolvendo ações de urbanização, melhoria da infra-estrutura, de saúde, saneamento básico e conservação do patrimônio histórico cultural e ambiental da comunidade, entre outras.

Ao apresentar alternativas econômicas para o interior paraibano, o turismo rural impulsiona a cadeia produtiva, tendo como base a descoberta e identificação dos atrativos turísticos, sem que haja descaracterização da paisagem sertaneja e nem a perda da identidade cultural do homem do sertão. Outro aspecto importante é a revitalização do padrão arquitetônico urbano, a limpeza das cidades e a revalorização das feiras livres, onde o artesanato e a culinária servirão como incentivo cultural e econômico. (SEABRA, 2002)

Deste modo é idealizada essa modalidade turística, pois os custos são reduzidos, uma vez que os recursos atrativos já se encontram no local, a mão-de-obra, por exemplo, é formada (basicamente) pelo próprio homem sertanejo e sua família.

Daí pode-se observar que o segmento ganha importância dentro do contexto econômico, pois os agricultores familiares têm a oportunidade de diversificação da renda e geração de novos postos de trabalho. Com a saturação das atividades tipicamente agrícolas, os proprietários rurais se depararam com a necessidade de se investir em novos meios de trabalho, descobrindo a importância econômica do turismo como proposta para incrementar sua renda e conservar o meio ambiente.

Deve-se levar em consideração que, para essa atividade ocorrer de maneira sustentável, ela deve apresentar algumas características, como: ser ecologicamente correta, ser economicamente viável, ser socialmente justa e ser verdadeiramente rural. A Paraíba, por sua vez, tem em sua essência a capacidade de desenvolver essa modalidade turística com êxito.

Entretanto, como afirma Dias (2003), do ponto de vista de quem proporciona o serviço, o turismo em áreas rurais pode potencialmente implicar em reapropriação social dos recursos naturais, assim como da gestão do serviço e apropriação dos benefícios. Também possibilita nova organização produtiva e social que permite melhorar a qualidade de vida da população e articular relações de cooperação e solidariedade humana. É aqui que se apresenta uma reconceituação da natureza e do aproveitamento dos recursos turísticos, bem como do papel que joga a população local no modelo, não somente como instrumento operacional dos serviços turísticos, mas como o objetivo do desenvolvimento.

Neste sentido, o turismo rural é algo mais que a publicidade de um cenário exótico, mas, sim, a oferta real de desenvolvimento sustentável para as populações locais e regionais, localizadas com escassas alternativas para outro tipo de atividade produtiva.

Tendo em vista que esta atividade não ocorre de forma isolada, é preciso a participação dos setores público, privado e da comunidade local, lembrando que para preparar uma propriedade para o turismo é necessário a combinação de vários atrativos, tais como: paisagem, atividades agropecuárias, cultura local, atividades de recreação e gastronomia.

Por isso, os projetos de turismo rural formam parte dessa grande busca social que se encaminha para modificação dos processos produtivos e das relações sociais que deterioram os patrimônios culturais e naturais, substituindo-as por outras diferentes com o objetivo de alcançar um crescimento econômico e social em harmonia com o manejo racional do meio ambiente rural, em cujo centro encontra-se o bem-estar da população. (DIAS, 2003:104)

Neste contexto, o turismo por constitui um setor da economia com elevado potencial para investimentos e grande capacidade de alocação de mão-de-obra, assume papel proeminente, integrado às estratégias governamentais de conservação de desenvolvimento local sustentável para a região.

Apesar de ser uma atividade relativamente nova no Estado, o turismo nas zonas rurais atrai a atenção dos setores públicos, privados e da própria comunidade

para trabalhar de forma cooperativa oferecendo serviços de acordo com as expectativas dos turistas. (LIMA, 2004)

Como atividade que se desenvolve através de atrativos localizados, utiliza serviços e gera impostos, primordialmente para os municípios envolvidos. Nada mais adequado do que concentrar os processos de planejamento e gerenciamento nesses municípios, procurando envolver ao máximo a sua comunidade, vinculando-a aos programas e projetos a serem desenvolvidos.

Sendo assim, com a população local envolvida e participando das decisões que definirão o planejamento municipal, ela estará mais disposta a colaborar para que os resultados sejam mais eficientes, despertando a promoção do desenvolvimento local sustentável.

Dias (2003) ressalta ainda que para se atingir a sustentabilidade no turismo, seja ele rural ou não, é imprescindível a participação do Estado e a existência de planejamento. Por outro lado, não se pode conceber o turismo sem a participação de diferentes setores da economia. Em praticamente todas as situações que envolvem atividades turísticas, há a presença do setor público (Estado), do setor privado (empresas) e crescente participação do Terceiro Setor (entidades sem fins lucrativos).

Para atingir a sustentabilidade de um destino turístico, é necessário esforço integrado dos diversos atores do processo: residentes, turistas, governantes, empresários, operadores etc., que buscarão integrar os recursos naturais e culturais num processo de planejamento que estabeleça um desenvolvimento gradual e permanente, diferente daquele tradicional, que sacrifica o futuro, privilegiando os ganhos econômicos e financeiros imediatos e sobre uma base tecnológica prejudicial ao meio ambiente. Um planejamento comprometido com a preservação ambiental, viável economicamente e eqüitativo do ponto de vista social. (DIAS, 2003)

A Paraíba atualmente conta com projetos e programas que tratam desse tema com clareza. Tais programas procuram fomentar a atividade no Estado de forma que a região aumente seu grau desenvolvimento nas áreas que são menos favorecidas.

O SEBRAE, por exemplo, procura manter um programa de turismo, objetivando intensificar qualificação do profissional de turismo e a comercialização de produtos e serviços, fortalecendo a capacidade turística da região.

Relacionado com a agricultura familiar, o PRONAF turismo rural, sugere o fortalecimento da agricultura familiar aliada ao desenvolvimento do turismo dentro das propriedades rurais, procurando aumentar a renda dos agricultores e, principalmente, os assentados pela Reforma Agrária, gerando empregos em épocas de menor rendimento na agricultura.

Ainda nesse sentido, a REDE TRAF incentiva a prática dessa modalidade turística como forma de desenvolvimento rural sustentável, através do fortalecimento das atividades turísticas integradas a arranjos produtivos locais, provocando a geração e incremento de renda e trabalho no meio rural e conseqüente melhoria das condições de vida da população.

Pode-se falar também do ATRACAR, uma associação de turismo rural voltado para os cariris paraibanos, visando o crescimento dessa área, que sofre com a escassez de chuva e também a APETUR, a associação paraibana de turismo rural, sem fins lucrativos e que busca a intensificação do setor no Estado.

É importante, também, salientar que os programas de artesanato e pesca amadora percorrem todo o Estado fazendo dessas atividades, um meio de ganhar a vida ou incrementar a renda da população carente das zonas rurais.

Mesmo assim, como em toda atividade, o turismo rural possui aspectos tanto positivos quanto negativos, ou seja, ele proporciona benefícios, mas também pode causar conseqüências que trazem problemas para a população local. O turismo rural propicia a valorização do ambiente onde está sendo explorado por sua capacidade de destacar a cultura e a diversidade natural de uma região, proporcionando a conservação e manutenção do patrimônio histórico, cultural e natural.

Pode contribuir, neste sentido, para reorganização social e econômica local uma vez que proporciona benefícios diretos à população local que participa direta ou indiretamente das atividades relacionadas com o turismo.

Atividade em expansão na Paraíba e no país, o turismo rural aproveita e envolve os recursos da agricultura familiar gerando oportunidades de renda complementar ao trabalhador do campo. Com o objetivo de promover e agregar mais valores à agricultura familiar, por meio do desenvolvimento de novos produtos voltados a esse segmento turístico.

A expansão dessa atividade tem ganhado importância no cenário rural, por se tratar de um setor que procura preservar o meio ambiente, buscando a sustentabilidade econômica da região, tornando-se bastante viável para a comunidade envolvida direta ou indiretamente.

Neste sentido, alguns autores salientam que se a atividade turística não for planejada e fiscalizada pela população e pelo poder público local, ela pode acarretar impactos indesejados sobre o meio ambiente, sobre a economia e a sociedade local. Segundo Campanhola e Silva (1999), o aumento no fluxo de turistas em uma região que não está devidamente preparada para recebê-los pode causar danos ao meio ambiente como, por exemplo, no caso de uma pequena comunidade que não tenha rede de esgotos compatível com a população usuária (tanto a residente como os próprios visitantes). Neste caso, ocorre um aumento da poluição das águas pelo lançamento de dejetos nos rios, que em curto prazo pode, inclusive, provocar a redução das visitas de turistas em razão da degradação e da perda de atratividade.

O turismo rural em relação à comunidade local, se não planejado e ordenado, pode acarretar diversos tipos de danos e impactos. Em primeiro lugar, pode ocasionar a descaracterização da cultura local devido à modificação dos padrões de sociabilidade tradicionais decorrente da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação dos horizontes sócio-culturais dos mais jovens, que em muitos casos acabam se recusando a seguir as práticas culturais paternas como o folclore, a língua, etc. (CAMPANHOLA e SILVA, 1999)

Em segundo lugar, é notório que o turismo rural é seletivo em relação às áreas onde ocorre sua expansão. Assim, enquanto que em localidade esta atividade pode dinamizar a economia, em outras, no entanto, pode conduzir à depressão e à crise, acentuando os desequilíbrios regionais que acabam contrariando o próprio sentido da iniciativa. (SILVA, 2001)

Uma outra consequência que pode ocorrer é o aumento do custo de vida das populações que residem de forma permanente no local, especialmente os preços das atividades de prestação de serviços e do acesso à moradia. Esses potenciais problemas podem causar fortes impactos sobre o ambiente local, embora possam ser contornados pela população local e pelo poder público através de intervenções conscientes e planejadas, devendo, portanto, ser recolhidas neste trabalho como indicação de cautela e não de desestímulo. (SILVA, 2001)

Para Campanhola e Silva (1998), outro impacto da expansão do turismo rural em regiões com predomínio de pequenos produtores diz respeito à valorização das terras. Em momentos de expansão, muitos agricultores aproveitam à alta dos preços fundiários para venderem suas propriedades e migrar para trabalhar nas cidades. Entretanto, em função da seletividade do mercado de trabalho urbano, em poucos anos esses mesmos retirantes são forçados a voltar para o local de origem, mas não mais na condição de proprietários. Esses ex-proprietários podem regressar as suas terras para se empregar nas chácaras de recreio ou sítios de lazer, em que foram transformadas as propriedades, na condição de caseiros, auxiliares, vigilantes, pedreiros, etc.

Cabe ainda um último comentário sobre as possibilidades e efeitos do turismo rural em situações em que a população local beneficia-se muito pouco de sua introdução. Neste caso, trata-se das iniciativas que visam desenvolver o turismo em áreas rurais, mas sem valorizar devidamente este ambiente. Pode haver casos em que localidades são transformadas e adequadas a interesses econômicos privados, em geral por agentes externos, que vêem o espaço rural e sua população como coadjuvantes desse processo. Esse tipo de iniciativa, com pouco ou nenhum benefício para a população rural, é típico de atividades turísticas que exploram certos patrimônios naturais como parques florestais, águas termais, e outros. Neste caso, muitas vezes os turistas se dirigem para um local específico de lazer, que normalmente é de curta duração (às vezes apenas um dia), não havendo interesse em usufruir ou patrocinar outras opções ou mesmo interagir com a comunidade local. (SILVA, 2001)

Entre as categorias sociais que freqüentemente são as mais atingidas pelas influências negativas que o turismo rural pode trazer está o dos pequenos

produtores rurais. No geral, devido a problemas de escala e acesso a recursos para reconversão ou integração, muitos agricultores familiares acabam encontrando dificuldades para participar do negócio turístico.

É sabido que toda atividade comercial necessita, no início, de um investimento para poder participar do mercado criado pelo turismo. Mas os pequenos agricultores enfrentam obstáculos no acesso a programas de financiamento devido à falta de garantias para a tomada de crédito. Outro fator limitador tem sido a incapacidade de vislumbrar a criação ou adequação de uma atividade ao turismo devido a sua arraigada tradição de agricultor em tempo integral. (SEABRA, 2002)

Além disso, a passagem muito rápida de uma atividade à outra, também pode se tornar prejudicial, pois há casos em que os ingressantes na atividade turística abandonaram por completo a agricultura, o que implicou em aumento da dependência externa e no custo de vida familiar, sem mencionar a possibilidade de comprometer o abastecimento local de produtos agropecuários.

Entretanto, deve-se lançar um olhar especial para a prática dessa atividade, por ela ser um segmento de grande relevância para a economia local e até mesmo nacional. Ele constitui para o mundo rural uma nova oportunidade de valorizar seu patrimônio, suas paisagens, sua cultura, seus produtos. Pode-se pensar, portanto, que existe no espaço rural paraibano um imenso potencial de desenvolvimento turístico a ser explorado no plano econômico, em termos de desenvolvimento turístico, bem como para reequilibrar a vida social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho percebemos a importância que o turismo tem para a economia de uma região e conseqüentemente de um país. O turismo foi bastante criticado, por trazer alguns pontos negativos para a população local e para o ecossistema de uma região.

Com a crescente preocupação com a questão ambiental, surgem novas formas de se praticar o turismo, e o turismo rural é de grande relevância neste contexto. No entanto, o turismo rural surge como uma nova opção no que diz respeito à busca da melhoria da qualidade de vida através da interação com o meio rural.

Em todo o Brasil o turismo rural exhibe um quadro de oportunidades de investimento que se apresenta bastante rentável e vem chamando a atenção dos poderes públicos, privados e de toda comunidade rural, que observam nessa atividade uma forma de diversificar a economia regional, atendendo, assim, as necessidades de incentivo ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura de caráter familiar.

Atualmente, para que os pequenos agricultores consigam enfrentar as novas mudanças apresentadas pelo novo sistema capitalista, há a necessidade de que assumam o papel de empresários do setor. Os benefícios trazidos pelo turismo para agricultura familiar são óbvios: há aumento e diversificação da renda, uma ocupação maior de mão-de-obra familiar, aproveitamento racional de espaços naturais e a conscientização da população local para a preservação do patrimônio histórico, natural e cultural.

Além disso, o potencial econômico está relacionado com a facilidade de criar postos de emprego devido à diversificação e atividades ligadas ao turismo. Muitas dessas atividades tinham outras funções dentro da propriedade agrícola, mas com o turismo passam a despertar interesse e são colocadas à disposição para o comércio.

O turismo rural pode ter sua função de indutor de desenvolvimento e de preservação, pelo seu papel de conservar, manter e valorizar o patrimônio histórico, cultural e natural da região onde está sendo explorado. Mas pode também proporcionar transtornos a comunidade através da influência dos turistas, como por exemplo, os impactos sobre o meio ambiente, o aumento do custo de vida e descaracterização de determinados traços culturais da sociedade local.

Cabe ressaltar que o turismo rural carrega em si uma extraordinária força econômica, uma vez que gera divisas para a região, impacta positivamente a economia local e ainda pode contribuir de maneira singular para a preservação ambiental e na possibilidade maior da reversão do êxodo rural.

Podemos dizer que a Paraíba é hoje um ponto essencial para a prática dessa modalidade turística, por seu caráter natural, cultural e paisagístico. O turismo rural insere-se numa perspectiva de desenvolvimento local e preservação do ambiente rural, ao priorizar a capacidade de suporte dos sistemas naturais e, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento sustentável dos sistemas econômico-sociais.

A atividade turística no meio rural deve assumir um caráter complementar em termos de renda familiar, não subestimando que essa atividade chegue a ser a principal fonte da renda familiar. O turismo rural nas suas diversas variantes deve ser desenvolvido em base local, e para isso, merece uma atenção muito grande dos poderes públicos e do setor privado, pois além de oportunizar a criação de empregos e renda para a população, pode gerar um aumento na arrecadação de impostos e na exposição à mídia da localidade receptora, como também, propõe o desenvolvimento de toda região e a comunidade envolvida no empreendimento.

A Paraíba, por sua vez, possui um vasto cenário que abrange desde o litoral até o sertão, passando por diversas formas geográficas que atraem os turistas com suas belas paisagens naturais, seus patrimônios históricos e por seu clima diversificado. O Turismo nesse Estado precisa superar os limites da orla litorânea e valorizar as paisagens naturais e culturais da Região Serrana e do Sertão.

Os projetos desenvolvidos são embasados nos princípios sustentáveis, tendo como pano de fundo a comunidade, a proteção do meio ambiente e o resgate

cultural. Entretanto, para que o desenvolvimento do turismo seja compatível com a sustentabilidade ecológica, econômica, social e cultural, os grupos envolvidos no planejamento e na implementação dos projetos devem ter compromisso efetivo junto à comunidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.A.; BLÓS, W. Turismo e desenvolvimento em espaço rural. *Ciência e Ambiente: Agricultura, Território e Meio Ambiente*. n. 15, p. 31-49, 1997. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

BARRETO, Margarita. *Turismo e legado cultural*. Campinas: Papirus, 2000.

BENEVIDES, Irleno Porto. "Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local" in: RODRIGUES, Adyr Ballestrari, (org), **Turismo e Desenvolvimento Local**, São Paulo: HUCITEC, 1996, p.23-41.

BRASIL, Ministério do Turismo. *Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil*. 2004. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>> Acesso em: 20 de julho de 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para o desenvolvimento territorial sustentável*. Out. 2003. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 27 de julho de 2006.

BRASILIA. *Pólos de Turismo rural*. EMBRATUR. 2004. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>> Acesso em: 25 de maio de 2005.

CABRAL, Pina. *O Turismo e o Desenvolvimento Rural*. Planear, 2003. Disponível em: <<http://www.planear.com.br>>. Acesso em: 02 mar. 2006.

CAMARGO, J.F. de. *A cidade e o campo: o êxodo rural no Brasil*. Rio de Janeiro: Buriti, 1999.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. O agroturismo como nova forma de renda para o pequeno agricultor brasileiro. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Orgs.). *Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. São Paulo: EDUSC, 2000. p.

CAMPOS, Ângelo Mariano Nunes. *O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável*. Revista Espaço Acadêmico, nº 43, dez. de 2004. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.cidadeinternet.com.br>> Acesso em: 26 de

julho de 2006.

CAVACO, Carminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. *Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-176.

Caressato, Edson Avelino. *Turismo e Sustentabilidade - uma visão holística*. Revista Aguapé, 2003. Disponível em: <<http://www.nourau.smarcos.br/>> Acesso em: 12 de julho de 2006.

COHEN, Marianne & DUQUÉ, Ghislaine: *Le deux visages du Sertão: Stratégies paysannes face aux sécheresses (Nordeste du Brésil)*. Paris, Éditions de L'IRD, 2001.

DEL GROSSI, M. E.; SILVA, Graziano José. *O novo rural brasileiro*. Campinas, São Paulo: Unicamp. IE, 1999. 153p. Disponível em: <<http://www.institutodeeconomia.com.br>>. Acesso em: 02 mar. 2006.

DIAS, Reinaldo. *Turismo sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Atlas, 2003.

ESLEBÃO, Ivo. *O turismo como atividade não agrícola em São Martinho-SC*. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Orgs.). *Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. São Paulo: EDUSC, 2000.

GALLERO, Álvaro Lopes. *Realidades del espacio del empleo en el sector turístico*. IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Anais. Joinville: IELUSC, novembro/ 2000.

LIMA, João Ricardo Ferreira. *Renda e ocupação das famílias rurais paraibanas nos anos 90*. vol.12 nº22. p.153-158. Passo Fundo, RS. 2001. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>> acesso em 24 de julho e 2006.

MOREIRA, Emilia de Rodat F. *FORMAÇÃO INICIAL E CONFIGURAÇÃO ATUAL DO ESPAÇO PARAIBANO* (Notas Preliminares). João Pessoa: Editora UFPB, 1999. Disponível em: <www.estudosturisticos.com.br> acesso em: 23 maio 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Guia de desenvolvimento sustentável. Trad.: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>. Acesso em: 23 de junho de 2006.

PASSOS, Luciana Andrade dos. *Paisagem Natural, Patrimônio Cultural e Turismo nos Cariris Paraibanos*. Dissertação de pós-graduação. UFPB. João Pessoa, 2002.

PAVOT, Cécile; ZAOUAL, Hassan.

PIRES, M. J. *Lazer e turismo cultural*. São Paulo: Manole, 2001.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. *Agroturismo e Desenvolvimento Regional*. São Paulo: Hucitec, 1999.

RIBEIRO, Marciana Leite. *Novas formas de ocupação do meio rural e natural no município de Caçapava – SP*. Dissertação de Mestrado. Universidade Vale do Paraíba. São Paulo, 2001. Disponível em <www.univap.br> acesso em: 10 abr. 2006.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço*. Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris Van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M. (orgs). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SACHS, Ignacy. *Brasil rural: da redescoberta à invenção*. In: Estudos avançados. vol.15 n°43. São Paulo Set-Dec. 2001. Disponível em:<<http://www.scielo.br>> acesso em 26 de julho de 2006.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário (Orgs.).*Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. São Paulo: EDUSC, 2000.

SEABRA, Giovanni de Farias. *O Turismo sertanejo como alternativa econômica para o semi-árido*. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. Disponível em: <www.estudosturisticos.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2006.

SEABRA, Giovanni de Farias. *As Rotas Culturais do Turismo Sertanejo*. João Pessoa: Editora UFPB, 2002. Disponível em: <www.estudosturisticos.com.br> acesso em: 20 maio 2006.

SEABRA, Giovanni de Farias. *Turismo auto sustentado: preservação da cultura e do meio ambiente no estado da Paraíba*. João Pessoa: Editora UFPB, 199-. Disponível em: <www.estudosturisticos.com.br>. Acesso em: 10 abr. 2006.

BRASÍLIA. *Programa Sebrae de Turismo*. SEBRAE, 2003. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>> Acesso em: 20 de junho de 2006.

SILVA, J. Graziano da. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. In: Estudos avançados. vol.15 nº43 São Paulo Set-Dec. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br>> acesso em 23 de julho de 2006.

SILVA, J. Graziano da; GROSSI, Mauro Eduardo Del. *O novo rural brasileiro*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999. Disponível em: <<http://www.eco.unucamp.br/publicações>>, acesso em 17 de maio de 2004.

SILVA, J. Graziano da. O novo rural brasileiro. In: *Revista Nova Economia*, v.7, nº 1, p.43-81, 1997.

SILVA, Marlene M. e; LIMA, Diva M. Andrade. *Sertão Sul*. Recife: Sudene, 1982.

SILVA, José Graziano da. VILARINHO, C.; DALE, P.J. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M. (orgs). *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. *Pluriatividade e Agricultura Familiar na região Serrana do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1998. 185p. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br>>. Acesso em: 12 de julho de 2004.

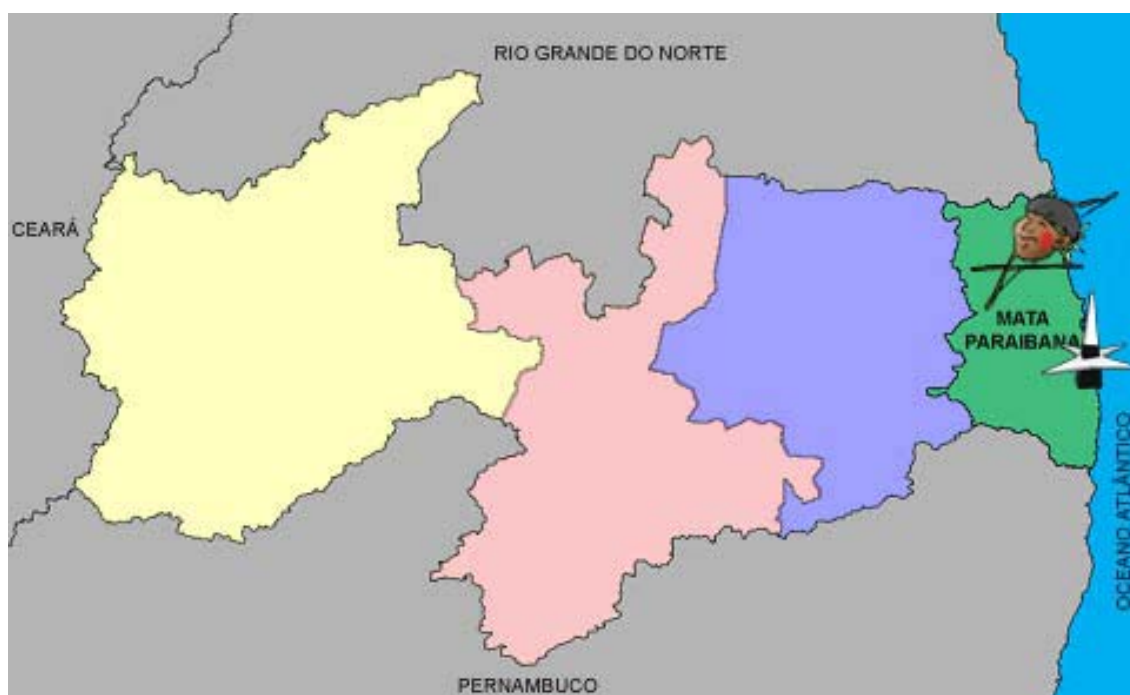
XAVIER, Herbe. *A dimensão do turismo no ensino da geografia*. Anais do 5º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia. Belo Horizonte: PUC/Minas, 1999. Disponível em: <<http://www.members.tripod.com.br>> Acesso em: 17 de maio de 2005.

ZIMMERMANN, Adonis. *Turismo Rural: um modelo brasileiro*. Florianópolis: Ed. do Autor, 1996. Disponível em: <<http://www.zimmermann.com.br>> Acesso em: 17 de maio de 2005.

ANEXOS

ANEXO I

Podemos nos referir a Paraíba como um diamante incrustado no Nordeste. A alusão a uma pedra preciosa reafirma a riqueza natural que o Estado possui e as peculiaridades que caracterizam cada uma de suas quatro mesorregiões:



Amarelo: Mesorregião do Sertão Paraibano

Rosa: Mesorregião da Borborema

Azul: Mesorregião do Agreste Paraibano

Verde: Mesorregião da Mata Paraibana